

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE GEOGRAFIA

Thaís da Silva Dantas

**Desafios da agricultura familiar camponesa e estratégias de
resistência territorial na Comunidade São Pedro de Cima**

Juiz de Fora, 2011

Thaís da Silva Dantas

**Desafios da agricultura familiar camponesa e estratégias de
resistência territorial na comunidade São Pedro de Cima**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia como
requisito para a obtenção do título de bacharel em
Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Lucia Pires Menezes

Juiz de Fora, 2011

Thaís da Silva Dantas

Desafios da agricultura familiar camponesa e estratégias de resistência territorial na
Comunidade São Pedro de Cima

Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora para
obtenção do título de bacharel em Geografia, submetida à seguinte banca examinadora:

Orientadora Prof^ª. Dr^ª Maria Lucia Pires Menezes

Co-orientador Prof. Dr. Leonardo de Oliveira Carneiro

Prof^ª. Dr^ª. Sonia Maria de Souza

Conceito: _____

Juiz de Fora, ____ de _____ 2011.

Dedicatória

A minha avó. Maria. Expoente maior da origem de meu apego a terra, e “as terras Gerais”.

Herança da qual muito me orgulho e que tem me rendido frutos cada vez mais saborosos.

Em agradecimento ao carinho e aos ensinamentos dessa mineira ilustre, cria da terra, mais uma migrante.

Enfim, em lembrança das gerações que me sucederam (tio, avós, bisavó...), todos advindos da travessia campo-cidade. Movimento e mobilidades que me constroem.

Agradecimentos

Primeiramente à Comunidade São Pedro de Cima, inspiração das minhas iniciativas e fonte principal dos meus progressos acadêmicos. Pois se não fosse a sua existência e, sobretudo a sua receptividade e carinho talvez não tivessem se apresentado a mim tanto caminhos interessantes. Nada poderia ter sido feito se seus moradores não nos tivessem aberto as portas, as memórias, as intimidades, as casas, as cozinhas e os corações, sempre de maneira tão prazerosa. Não há palavras suficientes para o agradecimento a todos que compõem a comunidade, que me ajudaram de forma tão abrangente, de tão distintas maneiras, direta ou indiretamente. Mas não posso me eximir de reforçar o meu agradecimento a algumas pessoas deste lugar.

À amiga Sonia que me acolheu em todas às vezes, que foi minha fiel “informante”, e não permitiu que me aprofundasse na “solidão antropológica”.

Ao paciente e prestativo Salvador, literalmente o nosso salvador desde o princípio e em todas as nossas ocasiões, “pau pra toda obra”. Meu sincero obrigado e minhas desculpas pelos cansaços por nós proporcionados.

À Selma, Divino e Marilze, os primeiros a me abrir as portas e horizontes de São Pedro. À Wilma e família, pela atenção e contribuição igualmente essenciais.

Paulão, Ivanete e meninas, Sr. Antonio e Sr. Vico, cada um contribuindo a sua maneira. Sintam-se em nome destes todos agradecidos. Agradecidos não só por terem proporcionado ser possível a elaboração desta monografia, mas pelos gestos de amizade que sempre docemente me desconcertam e confortam.

Ao Léo, por ter trazido a comunidade pra dentro da universidade, pelas maravilhosas e influentes aulas de Agrária, por ter iniciado a discussão sobre quilombos, pela disponibilidade

de sempre, pela motivação, pelo entusiasmo, pelo apoio e por todos os outros inúmeros motivos impossíveis de serem listados todos aqui.

A professora Maria Lucia, por ter aceitado duplamente a coordenação do projeto de extensão em São Pedro a partir do qual surgiram tantos frutos e a orientação da minha monografia.

A amiga e preciosíssima contribuição intelectual da Sonia Maria de Souza, de cujos belos trabalhos retirei grande aprendizado sobre economia camponesa, aprendizado este indispensável à formulação desta monografia. Também sempre muito disponível e generosa.

Aos companheiros de turma (2007), grata por todas as contribuições e apoios, e aos companheiros de projetos, participantes ativos do meu aprendizado sobre São Pedro.

Por fim, agradeço àquelas pessoas próximas que me apoiaram ao saberem conciliar e aceitar presença e ausência, e aos esforços variados de muitos, próximos e distantes, que aceitaram dedicar um pouco de seu tempo no intuito de me conceder sua contribuição nesse processo.

RESUMO

DANTAS, Thaís da Silva. Desafios da agricultura familiar camponesa e estratégias de resistência territorial na Comunidade São Pedro de Cima. 103p. Monografia. Curso de Geografia do Departamento de Geociências, Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

A Comunidade São Pedro de Cima é uma “totalidade socioespacial” cuja base de formação e reprodução é a família, a qual é a um só tempo a unidade doméstica e a unidade de produção. O território, as questões decorrentes do trabalho na produção do café e as relações sociais e culturais estabelecidas entre os moradores, são dimensões, deste todo, que se relacionam dinamicamente produzindo a territorialidade da comunidade. Territorialidade esta (comunitária) que é formada por outras formas de territorialidade (familiar, camponesa, quilombola) e que, ainda, entrecruza-se com várias territorialidades potencialmente conflituosas (como a dos setores do agronegócio, dos atores envolvidos no circuito econômico do café, etc). Assim, as ameaças que emergem e afrontam cada uma dessas partes ou dimensões comunitárias, bem como as transformações pelas quais estas passam, interferem diretamente na sustentabilidade da existência do todo, que é a comunidade. Contudo, é a família que acionando recursos e estratégias distintas buscará alcançar o equilíbrio entre terra, trabalho, migrações e consumo, a fim de garantir a manutenção de seu território e territorialidade em São Pedro de Cima.

Palavras-chave: territorialidades, família, agricultura familiar, Geografia Rural, comunidade.

ABSTRACT

São Pedro de Cima community is a sociospatial totality whose formation and reproduction base is the family, which at the same time is the domestic unity and the unity of production. The territory, the questions about the work in the coffee production and the social and cultural relations established among the residents, are dimensions, of the whole which establish dynamic relations producing the community territoriality which is formed by others kinds of territorialities (familiar, peasant, quilombola) and that, still, interlace with various territorialities potentially in disagreement (like the agribusiness, actors involved in the economic coffee circuit, etc). Thus, the threats that appear and affront it one of these community dimensions, as well the transformations that the community suffer may to interfere directly in the whole existence, it is the community. Although, it's the family that putting in action different recourses and strategies will look for to obtain the balance among, land, work, migrants and consumption to maintain it's territory and territoriality at São Pedro de Cima.

Keywords: territory, family, familiar agriculture, peasantry, community

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do município de Divino	2
	3
Figura 2: Imagem de satélite da comunidade mostrando uma de suas vias de acesso	2
	4
Figura 3: Sede do município de Divino	2
	5
Figura 4: Localização de algumas comunidades no município de Divino incluindo Árvore Bonita	2
	7
Figura 5 - Paisagem da comunidade de São Pedro de Cima	2
	8
Figura 6: Marco do minerioduto na comunidade	2
	9
Figura 7: Diversidade produtiva nos arredores da unidade familiar	3
	0
Figura 8: Expansão do eucalipto	3
	1
Figura 9: Placa em frente à escola da comunidade informando sobre a certificação quilombola	3
	4
Figura 10: Mapa dos principais estados produtores de café no Brasil	6
	7

LISTA DE ANEXOS

Anexo A: Descendência de Pedro Malaquias – 1º casamento	87
Anexo B: Descendência Pedro Malaquias - 2ºcasamento	88
Anexo C: Descendência de Joaquim Malaquias	89
Anexo D: Descendência de Raimundo Malaquias	90
Anexo E – Cópia da certidão de auto-reconhecimento da comunidade de São Pedro de Cima	91
Anexo F: Trajetória do café no Brasil	92
Anexo G – Tabelas produzidas a partir dos questionários	94
Anexo H: Modelo do questionário socioeconômico aplicado na comunidade - Exemplo Família Malaquias	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	17
1.1 Primeiros olhares, primeiras impressões e intenções	17
1.2 São Pedro de Cima	21
1.2.1 Aspectos físicos e questões ambientais	25
1.2.2 Eu, quilombola?	33
1.2.3 Café, cotidiano e cultura	35
2. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	38
2.1 Construção do objeto e tema de pesquisa	38
2.2 Metodologia e objetivos	40
3. DISCUSSÃO TEÓRICA EM SÃO PEDRO DE CIMA:	44
3.1 Território e Territorialidades em São Pedro de Cima	44
3.2 Ruralidades	47
3.2.1 A comunidade dentro do debate	47
3.2.2 Agricultura Familiar e Campesinato	49
4. SÃO PEDRO DE CIMA E AS AMEAÇAS AO REINADO DO CAFÉ	55
4.1 Altos e baixos da cafeicultura na Zona da Mata Mineira	55
4.2 Impactos da multiescalaridade em São Pedro de Cima	58
4.2.1 Financiamento, produção e comercialização do café: dificuldades de São Pedro de Cima no circuito econômico do café	60
5. LAÇOS DE FAMÍLIA E OUTRAS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA	68
5.1 Territorialidades familiares	70

CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
BIBLIOGRAFIA	80
ANEXOS	85

INTRODUÇÃO

Como partes intercaladas que conformam uma totalidade sócio-espacial (SANTOS, 1986), entende-se que a Comunidade São Pedro de Cima existe na medida em que é composta por múltiplas dimensões (ou partes), que são e estão umbilicalmente entrelaçadas e interdependentes. Seleccionamos, aqui aquelas que consideramos mais relevantes para o nosso estudo, sendo elas:

- O território: enquanto substrato físico, perpassado pelas questões ambientais expressas na quantidade e qualidade dos recursos naturais existentes e disponíveis ao manejo e apropriação antrópicos e, também, enquanto propriedade no tocante às condições de acesso e manutenção da terra. Sublinha-se que o território será aqui entendido também como produto das relações sociais construídas no (e com) o espaço geográfico por meio daqueles que dele se apropriam;

- O trabalho: e as questões a ele associadas e dele decorrentes como produção e comercialização dos cultivos agrícolas, renda familiar, procedência dos alimentos consumidos e manutenção da unidade familiar. Nesse sentido, poder-se-ia entender manutenção da unidade familiar como a não fragmentação excessiva da unidade produtiva (propriedade), que é familiar; e/ou a permanência do grupo familiar no território, com a não fragmentação da família por meio de processos migratórios ou, pelo menos, a não extinção da presença daquele núcleo familiar em seu território original ao longo das gerações, mesmo com a dispersão espacial de alguns de seus representantes;

- As relações sociais e a cultura: a efetividade e qualidade dessas relações estabelecidas pelo grupo a partir do parentesco, da vizinhança, da religiosidade, das questões étnicas, do trabalho, etc; e a cultura produzida e reproduzida por este grupo de modo geral.

Assim sendo, cada uma das partes mencionadas se relaciona dinamicamente com as outras e, a partir dessa interação, produzem a territorialidade da Comunidade São Pedro de Cima. Territorialidade esta (comunitária) que é formada por outras formas de territorialidades (familiar, camponesa, quilombola) e que, ainda, entrecruza-se com várias territorialidades potencialmente conflituosas (como a dos setores do agronegócio, dos atores envolvidos no circuito econômico do café, etc). Assim, as ameaças que emergem e afrontam cada uma dessas partes ou dimensões comunitárias, bem como as transformações pelas quais estas passam, interferem diretamente na sustentabilidade da existência do todo, que é a comunidade. Conseqüentemente, sendo a comunidade composta por núcleos familiares, e estes por unidades familiares (a família propriamente dita) que por sua vez, são formadas por pessoas, isto é, os moradores de São Pedro de Cima, tais transformações vão atingindo simultaneamente, mas não de forma homogênea (assumindo, portanto distintos níveis de influência e impacto) cada uma das escalas de composição da comunidade aqui mencionadas.

Parte-se do princípio que na base de tudo a comunidade se constrói por meio das relações que se estabelecem entre pessoas. Estas pessoas, conscientes ou inconscientes da interdependência destes fatores, porém necessitadas de garantirem sua própria subsistência, começam a construir estratégias particulares e também comunitárias para garantir esse equilíbrio entre as partes, garantindo assim sua própria sustentabilidade. Contudo, uma vez que há diferenciações primeiramente nas partes que compõe a família ou unidade familiar e daí sucessivamente, também por esta razão há diferenciações em como as transformações que ocorrem em seu contexto territorial atingem cada uma dessas unidades familiares, ou seja, em níveis distintos. Logo as estratégias construídas para a manutenção de seu território e

territorialidades também se diferem em alguns aspectos de uma família para outra (e convergem em outros uma vez que fazem parte da mesma comunidade e do mesmo contexto territorial), da mesma forma que se diferenciam ao longo do tempo e do território da comunidade. As convergências e divergências dessas estratégias em particular, e a diversidade de estratégias como um todo, além dos cenários dentro dos quais elas se formam, também nos é tema de interesse.

Mediante o exposto, busca-se então, neste trabalho, primeiramente apresentar a Comunidade São Pedro de Cima através de uma breve descrição de sua organização interna e das interrelações entre os espaços e suas funcionalidades. Com isso, apresentamos nosso objeto de estudo. Antes disso, aproveitamos para descrever, também de forma sintética, as experiências vividas em nosso primeiro contato com a comunidade, a partir do qual teve origem a trajetória de interação entre pesquisador e comunidade, construindo-se, assim, o tema da presente pesquisa. Essa história é comentada no segundo capítulo deste trabalho, juntamente com os apontamentos dos objetivos traçados para este e a metodologia utilizada. Desta maneira pretendemos apresentar a pesquisa.

Em seguida, no capítulo três, a partir do referencial da comunidade, iniciamos uma discussão teórica, abordando os temas concernentes ao território e territorialidades, os conceitos de agricultura familiar e campesinato e a aproximação destes com a realidade constatada na comunidade.

O capítulo quatro abordará alguns aspectos significativos do grão que se configura como a principal produção que contribui para a renda da comunidade: o café. Assim, iniciamos com a apresentação de um panorama da cafeicultura no Brasil e na Zona da Mata Mineira, traçando uma breve cronologia e demonstrando altos e baixos dessa cultura. Em seguida, mostramos como aqueles que vivem da agricultura estão submetidos à interferência de influências e fatores provenientes de escalas distintas (do regional ao global) baseando-nos

em processos analisados por Milton Santos (2007). Por fim, mencionamos alguns aspectos das principais etapas do circuito econômico do café: financiamento, produção e comercialização.

Já nos encaminhando para a conclusão do trabalho, no quinto capítulo propomos a nos ater às estratégias acionadas e construídas pelas famílias para garantir sua permanência no meio rural. De forma a exemplificar os recursos e estratégias utilizados pelos agricultores para tal, apresentamos e analisamos dados concretos de três famílias da comunidade estudada, entrelaçando dados sobre produção e comercialização do café, do eucalipto e de gêneros alimentícios; além da composição, estrutura e renda familiar.

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

1.1 PRIMEIROS OLHARES, PRIMEIRAS IMPRESSÕES E INTENÇÕES

O objetivo de nosso primeiro contato com a comunidade São Pedro de Cima foi buscar um mergulho em uma unidade familiar agrícola¹, vivenciando seus costumes e apreendendo as relações produtivo-econômicas e simbólicas estabelecidas com o território que lhes garante e ordena a vida. E assim, conhecer ou meramente entender a dinâmica da comunidade local (a qual se configura a partir de relações de parentesco, de produção agrícola e da hereditariedade quilombola) partindo da aproximação com as singularidades de um determinado lugar e aqueles que a ele pertencem.

A comunidade escolhida tem entre os componentes de sua singularidade a fusão da cultura camponesa com os laços da sociabilidade das raízes africanas embrulhada na tradição mineira, resultando numa trama complexa, porém riquíssima. Tanto que, deste primeiro contato com a comunidade, sucessivas pesquisas e projetos² vem sendo pensados e realizados por estudantes (inicialmente do curso de Geografia) da Universidade Federal de Juiz de Fora

¹ No primeiro trabalho de campo na comunidade (cujas impressões são relatadas neste primeiro item) a turma de Geografia Agrária foi dividida em duplas e cada par foi direcionado para a residência de uma das famílias da comunidade para viver, em conjunto com esta, um pouco de seu cotidiano (dormindo, alimentando-se, etc). Por isso falarmos aqui de unidade familiar agrícola.

²Listagem dos projetos e pesquisas desenvolvidos até o presente momento:

1. Projeto Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima: diagnósticos dos saberes necessários para uma educação ambiental e patrimonial, com o título “ECOMUSEU da Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima” / PROEXT MEC/Cultura 2008. Coordenação: Maria Lucia Pires Menezes.

2. “DA DIVERSIDADE CULTURAL À DIVERSIDADE PRODUTIVA: Construção dos saberes necessários para a transição agroecológica na Comunidade São Pedro de Cima” / CNPQ, 2010 Coordenação: Leonardo de Oliveira Carneiro.

3. Identidades Territoriais na Comunidade Quilombola São Pedro de Cima./PROVOQUE,2010. Coordenação: Leonardo de Oliveira Carneiro.

(UFJF). Afinal, o reconhecimento de cada uma destas culturas só pode ser percebido por um olhar atento e demorado, paciente e rendido à própria marcação do tempo rural.

Portanto, através da observação da paisagem, da organização do espaço e da conformação do território³, aliadas à etnografia⁴, buscou-se apreender alguns aspectos da realidade agrária a partir das lógicas de reprodução social da agricultura familiar e do campesinato no Brasil.

Esse experienciar no interior da comunidade, embora curto, permitiu a percepção e, em alguns momentos, até mesmo a vivência temporária, de seus dilemas, suas festas, suas necessidades e dificuldades, seu modo de produção e reprodução. Observamos, ainda, algumas das transformações que vêm se estabelecendo nos aspectos produtivos e de reprodução sócio-cultural comunitária como a expansão do eucalipto nesse território que tem causado alguns impactos sociais e ambientais.

Este foi de fato o momento do “ir ver”, necessário, como nos diz Jean-Marc Besse:

³“Paisagem, território e espaço formam (...) a tríade das categorias da representação e construção da idéia de mundo da geografia. (...) Ver e pensar é, então como podemos resumir o processo do método em geografia. Método que consiste em passar da descrição do visível da paisagem (o plano do sensível na geografia) à compreensão da estrutura invisível do espaço (o plano do inteligível) (...)” (MOREIRA, 2007, p.109)

⁴ “De fato o método etnográfico encontra sua especificidade em ser desenvolvido no âmbito da disciplina antropológica, sendo composto de técnicas e de procedimentos de coletas de dados associados a uma prática do trabalho de campo a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do (a) pesquisador (a) junto ao grupo social a ser estudado. A prática da pesquisa de campo etnográfica responde, pois a uma demanda científica de produção de dados de conhecimento antropológico a partir de uma inter-relação entre o (a) pesquisador (a) e o(s) sujeito(s) pesquisados que interagem no contexto recorrendo primordialmente as técnicas de pesquisa da observação direta, de conversas informais e formais, as entrevistas não-diretivas, etc. (...) Outras ciências sociais recorrem não obstante a determinadas técnicas de pesquisas que são singulares ao método de pesquisa qualitativa. Mas neste caso trata-se de adotar alguns procedimentos técnicos próprios da pesquisa etnográfica como a observação e as entrevistas, vinculadas agora a outros campos teóricos de interpretação da realidade social que não a teoria antropológica. (...) A pesquisa etnográfica constituindo-se no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir) impõe ao pesquisador ou a pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta.(...) o método etnográfico é composto por inúmeros procedimentos incluindo levantamento de dados de pesquisa probabilística e quantitativa (demografia, morfologia, geografia, genealogia, etc.)” (ROCHA, A.L.C; ECKERT, C, 2008, p.1 e 2) Para maior aprofundamento no assunto consultar: BEAUD, S e WEBER, F (2007) e LAPLANTINE (2007).

primeiro é preciso olhar; depois é preciso 'ir ver', ir a campo, pois só o olhar direto permite atingir o objeto na sua própria natureza, não bastando o livro e a carta; mas enfim é preciso saber ver, o que significa ter aprendido o conjunto de técnicas visuais próprias para captar o objeto em questão. (BESSE, 2006, p.73)

E vimos. E sentimos⁵. Vimos, primeiro, o percurso. Sentimos o constante movimento de subir, revelando as altas altitudes do lugar; vimos o caminho ir se cercando de café que sugestionava a tradição cafeeira da região e a predominância do setor primário em sua economia; vimos as flores, as bananeiras e a diversidade camuflada em cafeicultura presente na produção e no lugar. E, depois, prosseguimos vendo as casas e a distância entre elas revelando os terreiros, as lavouras, o local de trabalho atrelado à moradia. E vimos as pessoas, ouvimos seus sotaques, comemos⁶ de sua comida, da couve e do feijão que nos revelavam uma agricultura para o autoconsumo despercebida atrás da produção do café voltada para o mercado. Vimos os instrumentos, ouvimos as cantigas, percebemos a diversidade e intensidade cultural. Vimos o acordar cedo, o almoçar às 9 da manhã, o trabalhar muito...

Vimos e sentimos tanto que nos é impossível contar. Vimos e sentimos tanto que isso nos fez voltar, e voltar, e voltar... E escrever. E ver além, ver a geografia nas coisas simples, no cotidiano, em todo lugar. Percebemos que é possível partir do micro para entender o macro, transitar entre as escalas. Percebemos que sem as partes jamais se chegará ao todo, que o espaço geográfico é constituído do “caseiro”, do particular, do idiográfico, e que sem sentir e entender essas singularidades do cotidiano, a compreensão do todo e a sistematização nomotética perde o sentido e a utilidade, pois vira pura razão e se desumaniza.

⁵“A experiência é constituída de sentimento e pensamento. (...) É uma tendência comum referir-se ao sentimento e pensamento como opostos, um registrando estados subjetivos, o outro reportando-se à realidade objetiva. De fato, estão próximos às duas extremidades de um *continuum* experiencial, e ambos são maneiras de conhecer. Ver e pensar são processos intimamente relacionados. Em inglês, “eu vejo” significa “eu entendo”.” (TUAN, 1983, p.11)

⁶ Compartilho aqui da idéia de Tuan de que o espaço pode ser compreendido através dos sentidos e das experiências sensoriais: “Estes são exemplos do espaço interpretado, que depende do poder da mente de extrapolar muito além dos dados percebidos.” (TUAN, 1983, p.19)

Enfim, conclui-se que a semente deste trabalho, que foi naturalmente germinando no seu tempo, como deve ser, nasce dessa primeira experiência de geografia. Uma geografia que se entende como algo além de uma geografia humana e/ou uma geografia física, ou qualquer outra nomenclatura, dicotomia, ou corrente da ciência geográfica que a ela se queira encaixar. Uma geografia que, hoje, se entende como uma geografia humanizada, uma geografia corajosa, e, então, sim, holística, como pretendia, ousadamente, seus fundadores enquanto ciência, Humboldt e Ritter. Pois essa geografia é capaz de se desamarrar das atas dos limites definidores desta ou daquela ciência e se embeber de saberes científicos ou não, de ir, com coragem, para o campo totalmente desprovida de preconceitos e de seus próprios conceitos, para absorver intensamente o que o campo tem a dizer a partir da simples contemplação, da observação, da análise crítica e do aprendizado. Pois é no campo que conseguimos, se dispostos e preparados para tal, “desnudarmos” de nós mesmos, para nos “re-vestirmos” do outro e seus espaços. Assim, a Geografia se aliando também à Etnografia, retorna ao seu próprio berço, uma geografia de viajantes, de curiosos antes do que cientistas. Uma geografia do olhar e do sentir, e que embasa o saber científico a partir da compreensão do modo de funcionamento das comunidades com seus desafios, problemas e possíveis soluções.

1.2. SÃO PEDRO DE CIMA

A família pode ser considerada um vetor de iniciação de processos de formação de um território, através da aparentemente simples ação de ocupação de um espaço pelos membros da família. Isto, porque se sabe que ocupar um dado espaço é o primeiro passo/estratégia de sua conquista, ou em outras palavras, da transformação desse espaço em um território em relação ao qual se constrói uma relação de poder, restringindo o acesso, como afirma FREIRE apud RIBEIRO (2009), p.11: “A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo (...)”.

Assim, a família aparece como um elemento promotor de estabilidade e fixação de raízes (em outras palavras, territorialização) ao mesmo tempo em que o casamento e até certo ponto uma prole numerosa (traduzida em força de trabalho) tendem a favorecer a prosperidade econômica da unidade agrícola e, assim, a permanência no local, como comprova de forma quantitativa e qualitativa Sonia Maria de Souza através de suas pesquisas em inventários post-mortem (SOUZA, 2006 e 2007).

Sublinha-se, então, que o território e comunidade, hoje denominados e reconhecidos como Comunidade São Pedro de Cima, originam-se a partir das mesmas premissas acima mencionadas, pois conforme as histórias contadas pelos moradores do lugar, a comunidade começa a se formar a partir dos irmãos Malaquias: Pedro, Raimundo e Joaquim.

Contudo, dentre os três é a figura de Pedro Malaquias a que se destaca na memória e nas histórias contadas pelos atuais moradores, sendo este lembrado como o precursor e, de certa forma, fundador da comunidade no século XIX segundo relatos. Esta, então, principia

com os casamentos destes patriarcas (vide anexos). Pedro Malaquias⁷ se casa duas vezes, respectivamente com Francisca de Oliveira Barros e Eloisa do Virgem, tendo num total de 10 filhos; Joaquim Malaquias se casa com Maria Loureana tendo 9 filhos; e Raimundo Malaquias se casa com Vitória, gerando 7 filhos. Assim se tem a primeira geração de moradores da Comunidade São Pedro de Cima.⁸

Sabe-se ainda que a segunda família a se fixar no local foi a família Pereira. No entanto, ainda se faz necessário precisar quando e como se deu a sua chegada, o que se pretende descobrir futuramente, e a partir da construção da árvore genealógica deste outro tronco familiar da comunidade. Malaquias e Pereiras são, portanto, os sobrenomes originais das famílias pilares da comunidade (pois houve ramificações desses núcleos familiares gerando outros sobrenomes com os quais alguns moradores se apresentam) sendo a partir delas que o território começa a se configurar. Os entrelaçamentos entre eles constituem a base familiar a partir da qual a comunidade toma forma.

Há poucos relatos sobre a história da comunidade no século XIX e tampouco foi nosso objetivo nos ater a essas questões, uma vez que é a partir da consolidação da cafeicultura em São Pedro de Cima que se forma a estrutura socioprodutiva da comunidade conforme conhecemos hoje. Sendo assim, prosseguimos apresentando o panorama atual da comunidade.

São Pedro de Cima tem hoje aproximadamente 130 famílias e 500 habitantes, segundo as pesquisas feitas no 2º semestre de 2010 por alunos da disciplina de Geografia Agrária e outro grupo de estudantes da UFJF que realizam pesquisas na comunidade. As terras

⁷Os nomes citados como primeiros moradores da comunidade foram indicados por moradores da família Malaquias durante a construção da árvore genealógica da comunidade. Nossos agradecimentos neste ponto, sobretudo ao Sr. Antonio Dorico, Padre Vicente, Salvador e Sr. Jerônimo que foram fundamentais na rememoração da genealogia da família Malaquias.

⁸A propósito, o nome da comunidade tem correlação tanto com o nome de seu fundador quanto com o do santo católico, pois que Pedro Malaquias segundo dizem era um homem muito religioso. Além disso, o complemento “de cima” se acrescenta delimitando de certa forma o limite com outra localidade (atual São Pedro de Baixo) que à época era de maioria branca contrastando com São Pedro de Cima (também chamado durante um período de São Pedro dos Crioulos).

antigamente ocupadas por Pedro Malaquias pertencem à área rural do município de Divino, Zona da Mata Mineira. O município está situado dentro de uma região que, desde o século XX, apresenta uma tradição cafeeira, e se insere entre os municípios do Território da Serra do Brigadeiro, assim como Ervália, Pedra Bonita, Muriaé, Araponga, Fervedouro, Miradouro, Rosário de Limeira e Sericita (PTDRS, 2004).

Figura 1 – Mapa de localização do município de Divino

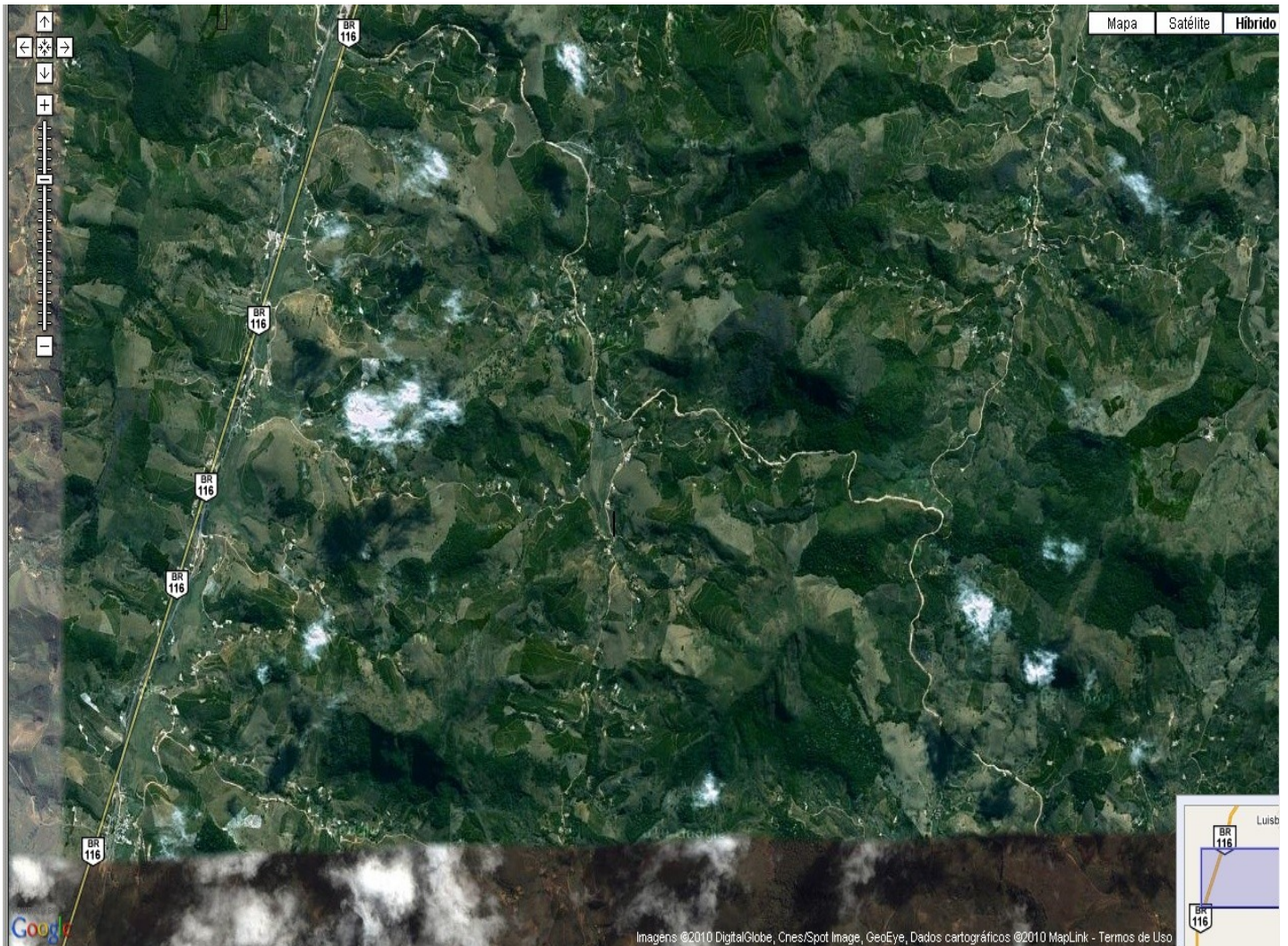


Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Divino>

O acesso à comunidade pode ser feito através da sede do município de Divino (acrescentando ao percurso aproximadamente mais 20 km de estrada de chão) ou pela BR 116 que, próximo a entrada do município de Orizânia, dista 6 km da comunidade.

Figura 2: Imagem de satélite da comunidade mostrando uma de suas vias de acesso

Fonte: <http://www.grandebrasil.com.br/Brasil/MapaTelaCheia.aspx?Divino+3042>



A comunidade também tem como referenciais municípios próximos como Luisburgo, São João do Manhuaçu, Orizânia e Carangola. Porém, a sede do município de Divino se configura como o principal centro de serviços, sobretudo comércio e também lazer dos moradores da comunidade.

Figura
município de



3: Sede do
Divino

Acervo Pessoal

Assim a sede do município assume importância no que se refere à polarização dos serviços, uma vez que os habitantes de São Pedro de Cima possuem, em seu território, apenas uma escola de ensino fundamental e médio e um pequeno posto de saúde com atendimento deficitário, além das igrejas (católica e Assembléia de Deus), um campinho de futebol e pequenos comércios familiares como uma vendinha na parte baixa da comunidade.

1.2.1 ASPECTOS FÍSICOS E QUESTÕES AMBIENTAIS

Através de trabalhos realizados sobre a comunidade por outros estudantes e professores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), desde o ano de 2007 até o ano

vigente⁹ é possível esboçar um quadro atual dos aspectos físicos de seu território a fim de melhor completar sua caracterização.

Segundo Araújo (2007) a comunidade “situa-se em uma área intramontana entre a Serra do Brigadeiro e a Serra do Caparaó”:

As encostas são convexas com afloramento rochosos configurando as elevações da serra, o vale tem a forma de manjedoura (vale em U), com presença de terraços fluviais e meandramento do rio que configura as bordas do relevo. (ARAÚJO, 2007)

Segundo Menezes et al (2008), “a população rural se espraia nas encostas (...) sobre altitudes que oscilam entre 900 e 1200 metros.”

Araújo completa ainda o quadro classificando a vegetação aí encontrada:

A vegetação é classificada como estacional semi-decidual e constitui-se basicamente de campos rupestres devido ao intenso afloramento rochoso, provocado pelo solo raso; uma mata que possui árvores baixas devido também ao solo raso; e campos rupestres antrópicos, provocados pela plantação de café. (ARAÚJO, 2007)

Contudo, a paisagem de São Pedro de Cima que contemplamos hoje nos instiga a pensar na diversidade e abundância de recursos que este território abrigou em sua origem e no início de sua ocupação efetiva. Ressaltando que a importância ambiental do território de São Pedro de Cima é comprovada pelo fato de este integrar a APA Árvore Bonita¹⁰.

⁹Os trabalhos citados tanto quanto as pesquisas originárias dos mesmos e os dados obtidos e produzidos por estas, referem-se a produtos da já apresentada trajetória de aproximação da Universidade Federal de Juiz de Fora com a comunidade, através de seus professores e estudantes em trabalhos de campo (sobretudo da disciplina Geografia Agrária) e projetos de extensão universitária.

¹⁰Infelizmente não conseguimos mais dados sobre esta APA (Área de Proteção Ambiental), sabemos apenas da sua existência e supomos que um dos motivos relevantes para a sua criação seja o fato, como já dito, de a comunidade de São Pedro de Cima, a qual integra a APA, estar entre a Serra do Caparaó e a do Brigadeiro podendo ter sido considerada esta área como um importante corredor ecológico de integração entre os dois parques referentes às serras citadas.

Figura 4 – Localização de algumas comunidades no município de Divino incluindo Árvore Bonita



Fonte: <http://maps.google.com.br/>

Compunham a paisagem matas em maior extensão, animais diversos, e grande número de nascentes ainda não impactadas e degradadas pela ação antrópica através da contaminação e poluição do solo, assim como da modificação e uso inadequado do entorno dessas nascentes.

Figura 5 - Paisagem da comunidade de São Pedro de Cima



Acervo Pessoal

Contudo o primeiro marco de alteração e degradação dessa paisagem que se tem relatos, refere-se ao final da década de 70, quando a iniciativa privada teve sua parcela de contribuição na degradação do ambiente da comunidade. O assoreamento das várzeas na parte central da comunidade onde se fazia o cultivo de arroz foi resultado da movimentação de terra oriunda da implantação de um minerioduto pela empresa SAMARCO, como escreve Araújo:

A implantação do primeiro minerioduto foi realizada em 1977, tem como objetivo o transporte do minério de ferro, que possui 396 km de extensão. O processo inicia no município de Mariana – MG e percorre vários outros municípios, inclusive Divino, até chegar ao seu destino final em Anchieta – ES.

Segundo relatos dos moradores da comunidade de Divino, o local onde foi implantado o minerioduto provocou a retirada do solo e este não foi revolvido. Com o início do período de chuvas, todo este material foi transportado e levado para o rio provocando o assoreamento do rio e inundação do mesmo. Os membros da comunidade então, não puderam mais exercer, durante algum tempo, as atividades que realizavam, como por exemplo, a pesca.

Em 2007, houve a implantação de um segundo minerioduto e novamente ocorreu a mesma situação: retirada do solo e o mesmo não foi revolvido,

deixando-o exposto e conseqüentemente o aparecimento de ravinas. (ARAÚJO, 2007.)

Carneiro (2008) também trata do assunto e descreve que,

Nos capeamentos sedimentares encontravam-se áreas de várzeas, onde anteriormente se fazia o plantio de arroz, a pesca e a coleta de taboa para a manufatura de esteiras e colchões e para a cobertura das residências. Hoje essas várzeas se encontram totalmente assoreadas tendo se transformado em áreas de terras firmes cortadas pelo córrego São Pedro. (CARNEIRO, 2008, p.5)

Figura 6: Marco do minerioduto na comunidade



Acervo pessoal.

Logicamente, o desmatamento e outros processos decorrentes da intensificação do cultivo de café a partir da década de 80 também transformaram gradativamente essa paisagem, assim como causaram alguns impactos sobre o ambiente, sobretudo no tocante ao solo. Porém, a atividade cafeeira ainda permitiu que a comunidade crescesse em consonância com o meio, promovendo uma agricultura diversificada no tocante à produção agrícola e à construção sociocultural (consoando o café com milho, feijão, hortas, pomares, festas, fogueiras, mutirões, etc). O que nos direciona a atenção para o significado presente na grafia da palavra agri-CULTURA (Porto-Gonçalves, 2006), através da qual se nota a indissociabilidade de homem e natureza, e a relação existente entre a cultura promovida e expressa pelo homem e a natureza por ele transformada.

Figura 7 - Diversidade produtiva nos arredores da unidade familiar



Acervo Pessoal

Entretanto, recentemente se vê despontar a iminência de uma nova transformação neste ambiente, cujo vetor é o eucalipto, o qual tem acirrado algumas problemáticas socioambientais.

O eucalipto foi percebido como uma ameaça a sustentabilidade da comunidade em todas as suas esferas desde a primeira visita à mesma. Contudo, as dimensões territoriais que este “cultivo” tomou no intervalo entre minha primeira visita, em Maio de 2008, e o final de 2010, surpreenderam e alarmaram. Basta observar para ver uma real mudança na paisagem, e o avanço do eucalipto sobre as lavouras de café e milho. Verdadeiros bosques de eucalipto estão se formando ao redor das casas e as encostas estão repletas de mudas. Na parte mais alta da comunidade, chamada “Laje”, onde é mais significativa a mudança, aumentam os relatos e reclamações dos moradores sobre os efeitos do eucalipto sobre suas terras. O impacto sobre as nascentes e a disponibilidade de água, é a reclamação recorrente entre os moradores desta região.

Figura 8 – Expansão do eucalipto



Acervo pessoal.

Acredita-se, porém, segundo últimas conversas com moradores da “Laje” que nesta região da comunidade a maior parte das áreas de eucalipto é de proprietários oriundos de municípios vizinhos, ao contrário do que se percebe na parte baixa da comunidade onde a tendência, de fato, é cada família ter a sua “moita” de eucalipto¹¹, como dizem os moradores.

Assim, nota-se um crescimento do interesse dos moradores em relação ao eucalipto visto já sob a lógica comercial, substituindo em alguns pontos o café. Justamente o oposto do que, em 2008, contavam alguns moradores a esse respeito, quando alegavam que o eucalipto era plantado apenas em terras inapropriadas para o estabelecimento de outros cultivos e com finalidades domésticas.

O avançar do eucalipto na comunidade traz consigo a degradação da terra, fonte de sustento da comunidade, inutilizando o solo para o plantio de outros cultivos; a diminuição da disponibilidade hídrica¹² devido ao plantio próximo as nascentes afetando assim a fonte de abastecimento da comunidade; diminuição significativa na demanda por mão de obra (uma vez que o eucalipto requer poucos cuidados) e reflexos imediatos na economia da comunidade cujos moradores dependem não só de suas próprias colheitas como do trabalho em lavouras de terceiros, além de, conseqüentemente, mudanças gradativas nas relações sociais e na cultura da comunidade mediante a troca e/ou extirpação de sua base produtiva. Logo, o eucalipto é uma ameaça a própria sobrevivência e integridade do grupo como comunidade, uma vez que é impulsionador de sua desintegração e desterritorialização mediante os

¹¹ Vide tabela 4 nos anexos.

¹²“Ao ser plantado ao redor dos corpos d’água e ocupar o lugar das matas ciliares, a monocultura do eucalipto passa a consumir a umidade local de forma intensa principalmente na sua fase de crescimento. Este processo é acelerado pela produção laboratorial das mudas, que “encurta” o tempo de crescimento da planta e antecipa o período de corte -em média, a cada 5, 6 anos. Esta periodicidade, criada em função de uma otimizada produtividade, não permite que a árvore, quando adulta, devolva uma quantidade significativa de umidade ao ambiente, uma vez que não se encontra mais em fase de grande produção de biomassa. Desta forma, a água existente entra na produção de biomassa do eucalipto, mas não obtém retorno de umidade, como ocorre com a floresta nativa. Ademais ao serem cortados, os pés de eucalipto retiram o sombreamento dos cursos d’água expondo-os diretamente ao calor e à evaporação, consumando a morte de nascentes, cabeceiras e lagoas que alimentam os cursos d’água maiores. (FERREIRA, S.R.B; JULIATI, S; AGUIAR, A et al.,2005,p.126)

processos migratórios, porém, tal perigo vem mascarado pela ilusão da facilidade do retorno econômico. Assim muitos proprietários e trabalhadores rurais, vencidos pela falta de investimentos na agricultura familiar, têm sucumbido à lógica do eucalipto.

1.2.2 EU, QUILOMBOLA?

Em 28 de Julho de 2006, a comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como Remanescente de Quilombo, segundo data de publicação no Diário Oficial da União e disponibilizada no site da referida fundação (www.palmares.gov). Porém, a identidade quilombola, na comunidade, merece maior atenção e pesquisa mesmo para pesquisadores envolvidos na comunidade há algum tempo, pois se faz necessária uma profunda investigação histórica para esclarecer pontos ainda confusos sobre o início da comunidade (sobretudo no que concerne a datas) e sua relação com o regime escravocrata.

Figura 9: Placa em frente à escola da comunidade informando sobre a certificação quilombola



Todavia, sabe-se também que, contemporaneamente, a ressemantização¹³ do termo quilombo ampliou sua significação para além dos moldes históricos:

O termo nesse contexto, em muito se distancia tanto do significado de perseguição no período colonial e imperial de expansão da sociedade luso-brasileira, quanto do significado arqueológico da visão patrimonialista e historicizante da legislação, que garante a sua consagração como patrimônio cultural, e posteriormente ao amparo constitucional, garantindo às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras. (...) Considera-se que os quilombos nem sempre possam ter surgido de movimentos insurrecionais (resistência política), e também que nem sempre tenham conseguido resguardar algo da África entre nós (resistência cultural), ou então, que ainda tenham conseguido manter algum padrão eugenista de homogeneidade da raça (resistência racial), o que é muito menos provável. Como hoje os parâmetros de definição de quilombo não se baseiam nesses critérios, mas na auto-definição dos grupos étnicos - mesmo que não tenham vivido o quilombo ao 'pé da letra', mas um léxico próprio de expressões consolida a sua existência - no uso comum, na etnicidade, na auto-atribuição. Esses grupos, enquanto tais, possuem situações históricas específicas e resguardam a memória de um passado comum, reconhecendo a ancestralidade de seus familiares na ocupação tradicional do território, e hoje exigem do Estado esse reconhecimento. (FERREIRA, S.R. B; JULIATI, S; AGUIAR, A et al.,2005, p.32-33)

Portanto, apesar da ausência de uma comprovação histórica mais minuciosa, o auxílio da história oral e o olhar atento e sensível para com os moradores da Comunidade São Pedro de Cima, ainda são capazes de nos remeter a esta identidade.

Mas ainda se nota que a questão é pouco compreendida na maior parte da comunidade, não sendo assumida por todos, o que provavelmente se deve, com o passar do tempo e episódios de vendas de terras, à chegada de novas famílias (não descendentes diretamente) ao território, o que promoveu uma maior miscigenação da comunidade (inicialmente formada pelos descendentes da família Malaquias e da família Pereira), tornando mais complexa a tarefa de realizar este resgate histórico e introduzindo, em conjunto com a aproximação do modo de vida urbano, novos elementos culturais.

¹³Sobre a ressemantização do termo quilombo, ver ainda os trabalhos de O'DWYER, 2002 e RATTS, 2001.

Neste contexto, prevalecem no local as identidades familiares e os elementos identitários que são reconstruídos e reafirmados no trabalho na terra, e que remanescem das tradições do rural brasileiro, sobretudo dos trabalhadores rurais mineiros. Pode-se dizer, então, que a comunidade carece de uma reafirmação identitária no que se refere a sua herança negra e quilombola, apesar do auto-reconhecimento junto a Palmares e do fato de alguns moradores estabelecerem contato com o Movimento Negro AVURA, cuja sede é em Divino.

1.2.3 CAFÉ, COTIDIANO E CULTURA

A garantia da territorialidade de uma comunidade se faz, também, no fomento das manifestações culturais do grupo e na perpetuação da tradição, que por vezes deve ser recriada, uma vez que, atualmente, convive lado a lado com os apelos da modernidade, das novas tecnologias e a maior interação e influência do urbano sobre as gerações da contemporaneidade. Essas manifestações simbólicas, festivas, ritualísticas, as brincadeiras e as diversas formas de lazer, contribuem para a interação e integração do grupo e a (re) construção das relações de sociabilidade. Assim, estimulam a identificação dos moradores entre si enquanto comunidade, e da comunidade com o seu território na medida em que essas práticas também se configuram como uso desse território e podem, inclusive, nascer a partir do território e suas características físicas e/ou de seus outros usos no cotidiano, como é o caso da origem das festas de colheita.

Assim, não é apenas o meio ambiente no qual se insere a comunidade, outrora rico e diverso, que está ameaçado. Da mesma forma, também se encontra beleza na cultura do lugar cujas tradições, entretanto, também estão em vias de extinção. A Folia de Reis, a fogueira de

São João, as charolas, o ritual de encomendação das almas, o cultivo de ervas medicinais, as benzedadeiras, as cantigas e ladainhas integram o universo da comunidade. No entanto, temos conhecimento da existência dessas manifestações religiosas e culturais, em sua maioria, por elas nos terem sido apresentadas em momentos especiais, em festas organizadas pelos moradores a fim de bem recepcionar os visitantes da Universidade Federal de Juiz de Fora. Porém, estas práticas já não são habituais na comunidade, subsistindo como tradição apenas a fogueira de São João anualmente.

Por outro lado, como fizemos alusão anteriormente, ressalta-se que essa cultura e o dia-a-dia da comunidade se faz tendo, como intermediador, o café. É o trabalho nas lavouras de café, algo comum, de fato, a todos os moradores do lugar, que estabelece a paisagem, o ritmo e o calendário da comunidade, os tempos de trabalho, os tempos de lazer, os tempos curtos e os tempos longos, os tempos escassos e os tempos fartos. A época da “panha”, a colheita, que dura geralmente de maio a setembro, é o tempo agitado, do trabalho mais pesado, dos corpos cansados, e também das trocas entre a comunidade: os “troca-dias” e os “mutirões”, tudo em prol da colheita do grão. Em torno deste, as relações intracomunidade se estreitam.

A venda da colheita é o tempo da suposta fartura, único momento em que os trabalhadores da comunidade conseguem obter algum rendimento. Mas o tempo da colheita é normalmente no meio rural, como em São Pedro, o momento da quitação de dívidas com insumos e outros em troca da safra, é o tempo dos financiamentos, e, sobretudo do planejamento. Planejamento doméstico, familiar, produtivo, é preciso fazer render durante todo o ano o valor obtido com a venda do café. Eis um dos grandes diferenciais do mundo agrícola para o universo assalariado e movido pelos rendimentos e contas mensais da cidade.

Pois os moradores da Comunidade São Pedro de Cima, são essencialmente trabalhadores agrícolas, com raras exceções. E do trato da terra, o único produto de fato

comercial atualmente, na comunidade, é o café¹⁴ retirado de suas próprias lavouras familiares. No mais, os outros cultivos e criações são basicamente de subsistência não ocupando grande extensão no interior da unidade produtiva. A única complementação de renda, perseguida pela maioria, também é através do café. Neste caso, no trabalho adicional em lavouras de terceiros em troca de remuneração por dia de serviço ou por saca. Assim seguem adolescentes, jovens e adultos se adaptando a cultura do café, e tentando manter suas famílias, suas propriedades e territorialidades fincadas sobre esta economia. Eis o desafio ancestral da Comunidade São Pedro de Cima, eis o desafio de gerações e gerações de “caipiras” (nos termos de Darcy Ribeiro, 2005) e tantos outros, espalhados pelos rurais do Brasil. Eis então a inquietação, o sacrifício e a esperança que inspiram as análises em diante.

¹⁴ Uma vez que o plantio de eucalipto, que é rentável, foi introduzido recentemente e que esta espécie não necessita de cuidados após os primeiros anos, sendo que normalmente nem mesmo seu corte é realizado pelos próprios moradores, os quais, sublinha-se, são “agricultores”.

2. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

2.1 CONSTRUÇÃO DO OBJETO E TEMA DA PESQUISA

A decisão de optar pela comunidade São Pedro de Cima, como foco central deste trabalho monográfico, está embasada, sobretudo, em um processo de aproximação entre pesquisador e comunidade que vem se consolidando e teve seu início no ano de 2008. Isto posto, vale recordar neste momento, de forma sintética, como ocorreu (e continua ocorrendo como processo) essa aproximação e os frutos e perspectivas atuais dessa relação.

O primeiro contato com a Comunidade São Pedro de Cima, se estabeleceu em maio de 2008¹⁵ em função da realização de trabalho de campo da disciplina Geografia Agrária ministrada, à época, pelo Professor Leonardo de Oliveira Carneiro. A partir de então, a visita se desdobrou em alguns trabalhos acadêmicos de outras disciplinas dentro e fora do curso de Geografia e, principalmente, na iniciativa de um grupo de estudantes (do qual fazemos parte) de construir um projeto de extensão a ser realizado em São Pedro de Cima com a motivação de, através da extensão, dar um retorno à comunidade que tão bem nos acolheu e que tanto nos despertou o interesse, a curiosidade e o carinho.

A proposta de tal projeto foi apoiada pela Professora Maria Lucia Pires Menezes e pelo professor Leonardo de Oliveira Carneiro e, posteriormente, coordenada pela referida professora quando da aprovação do projeto¹⁶ via ProExt-Cultura. Desta forma, durante o ano

¹⁵ No citado ano foi realizado o 2º trabalho de campo na comunidade (no qual estive presente): contudo, anteriormente, já havia sido feito um primeiro trabalho de campo com outra turma, em 2007.

¹⁶ Projeto Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima: diagnósticos dos saberes necessários para uma educação ambiental e patrimonial, com o título “ECOMUSEU da Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima” (MENEZES, M. L. P. et al, 2008.)

de 2009, o projeto foi posto em prática e, em 2010, foi dada continuidade aos trabalhos iniciados no ano anterior.

Em 2011 (ano vigente) estão em fase de conclusão alguns produtos como a cartilha “Nosso Lugar” e o Atlas Geográfico Cultural da comunidade. O ano de 2011 ainda traz novas perspectivas através da renovação do projeto via ProExt/MEC, e da aprovação, via CNPq, de um novo projeto intitulado *Da diversidade cultural à diversidade produtiva: Construção dos saberes necessários para a transição agroecológica na Comunidade São Pedro de Cima*, entre outras pesquisas e propostas em desenvolvimento.

Sendo assim, desde a primeira visita, não cessou o contato com a comunidade em forma de visitas periódicas, o que proporcionou o nosso crescente envolvimento com os moradores e a realidade de São Pedro de Cima em geral, aguçando, portanto, a vontade de tomar a comunidade como tema do trabalho de conclusão de curso. Ressaltamos ainda, que a escolha da comunidade também é fruto de uma grande empatia pessoal pelos temas relacionados ao rural e agrário e ao desenvolvimento de trabalhos em comunidades.

Diante do exposto, pretende-se compreender melhor como estas pessoas atuam para garantir seu território e territorialidade por meio da sustentabilidade econômica e do estabelecimento de relações sociais, e entende-se que só será possível chegar a esse entendimento (mesmo que por ora ainda parcial) tendo em vista as características mais relevantes do território e vida da comunidade São Pedro de Cima, o cenário da agricultura familiar e camponesa no Brasil contemporâneo e as demandas e exigências do circuito econômico do café que pressionam os produtores. Optamos ainda por este estudo ser subsidiado pela análise de dados concretos da realidade de três famílias da comunidade, sobretudo no que diz respeito à composição da renda familiar, a fim de melhor exemplificar como estas questões se expressam no âmbito doméstico.

2.2 METODOLOGIA E OBJETIVOS

Pretende-se realizar um estudo de caso da comunidade São Pedro de Cima a partir de pesquisas etnográficas e pesquisa quantitativa que focaram o estudo de suas territorialidades¹⁷.

Esclarecemos que a Etnografia se apresentou como um auxílio metodológico útil e apropriado para a compreensão da realidade estudada desde os primeiros passos da pesquisa. Os princípios da Antropologia e do método etnográfico foram essenciais para embasar o trabalho de campo, permitindo-nos apreender a realidade não só a partir do que é evidente, direto e oficial, mas, também, nas entrelinhas. Foram esses saberes que nos guiaram e ensinaram a importância de buscar o equilíbrio entre ser, a um só tempo, pesquisador e participante, do grupo cujas relações sociais, econômicas e territoriais se pretende interpretar. E, novamente, foram a Antropologia e a Etnografia que nos balisaram para que essa interpretação fosse menos unilateral, a partir do momento que tentamos entender a vivência deste grupo, primeiramente vivenciando, com eles, ao menos uma parcela de seu cotidiano. Desta forma, o objetivo ou a intenção (mesmo que parcialmente alcançados) foi olhar para a realidade pesquisada apropriando-nos também, do olhar daqueles que produzem essa realidade.

Convém ainda sublinhar que (para além da Etnografia) há, ainda, outras vertentes da denominada “pesquisa participante” (Brandão, 1982) que comungam desta concepção de

¹⁷ “... territorialidade entendida aqui não apenas como espaço geográfico, mas na sua articulação com a identidade e da sustentabilidade desses grupos hoje ameaçada”. (FERREIRA, S.R.B; JULIATI, S; AGUIAR, A et al.,2005, p.33)

pesquisa que vê entrevistas e questionários fechados¹⁸ como recursos de pesquisa possíveis, embora, estes isoladamente, se tornem insuficientes para dar conta da complexidade do real, sobretudo quando esse real está influenciado por aspectos de uma cultura que é distinta daquela do pesquisador. Assim, podemos citar como exemplos, a metodologia da “pesquisa-ação” descrita em OLIVEIRA, R.D e OLIVEIRA, M.D (1982) e a exposição de Paulo Freire sobre métodos de pesquisa alternativa, ao discursar na Tanzânia em 1971. (FREIRE, 1982, p.35-41).

Como pressupostos teóricos, assumimos a multidimensionalidade (considerando as dimensões ambientais, econômicas, sociais e culturais, como já fizemos alusão na descrição do nosso objeto de estudo) e a multiescalaridade das territorialidades ali existentes, isto é, buscamos transitar entre a territorialidade da comunidade enquanto grupo, a territorialidade específica dos seus núcleos familiares e, por último, a análise das especificidades de três famílias moradoras da comunidade na manutenção de suas territorialidades. Considerando ainda São Pedro de Cima dentro do contexto de um mundo globalizado, procurou-se também dialogar com as escalas do local, regional e global nas suas respectivas influências no que se refere à manutenção da territorialidade dos moradores de São Pedro de Cima.

Assim, elegeram-se três famílias residentes em São Pedro de Cima, investigando fatores que possam ser relevantes para compreender sua permanência no meio rural, bem como sua sustentabilidade e grau de prosperidade econômica.

Além dos dois núcleos familiares que já mencionamos – Malaquias e Pereiras – elegemos o núcleo dos Aprígeos, pois, assim, as famílias escolhidas representam os três principais núcleos familiares da comunidade: Malaquias e Pereiras consideradas as primeiras

¹⁸“O formato mesmo do questionário, elaborado unilateralmente pelo pesquisador, bloqueia o surgimento de dados novos e inesperados. Quanto mais nos fechamos dentro de um quadro teórico rígido, mais veremos as respostas se limitarem a confirmar ou desmentir as hipóteses iniciais sem, contudo, abrir brechas ou espaços para a elaboração de outras hipóteses. Já a técnica da entrevista livre, concebida como um diálogo aberto onde se estimula a livre expressão da pessoa com quem se conversa, amplia o campo do discurso que passa a incluir não só fatos e opiniões bem delimitadas, mas também devaneios, projetos, impressões, reticências, etc.” (OLIVEIRA, R.D e OLIVEIRA, M.D, 1982, p.29)

a se instalarem na comunidade como já visto e Aprígeos representando, entre as famílias que ingressaram na comunidade a partir de processos migratórios posteriores, a que mais se destaca no que concerne a acesso a terra.

Dentre os elementos que se pretende analisar, no interior dessas famílias destaca-se¹⁹:

- tamanho, características da propriedade, disponibilidade de terras para o cultivo agrícola e propriedade da terra;
- composição da força de trabalho familiar que se dedica à agricultura, considerando o número de membros da família, faixa etária e sexo, e a existência, ou não, de contratação de força de trabalho adicional;
- ganhos de outras fontes não agrícolas (incluindo remessas enviadas ou contribuições advindas de familiares que tenham migrado para outras regiões e receitas oriundas de programas sociais governamentais),
- elementos inerentes à produção e seu destino.

A escolha das famílias se baseou no conjugar de alguns elementos, sendo eles:

- Famílias que apresentam aparentemente níveis distintos de prosperidade econômica
- Famílias cujas residências se localizam em pontos distintos do território da comunidade: os Malaquias no extremo sul (próximo à várzea do São Pedro e à entrada da comunidade via trajeto sede do município de Divino/São Pedro de Cima); os Aprígeos na área central (várzea do São Pedro); e os Pereiras no extremo norte (alto São Pedro).

Além disso, também foram relevantes as relações estabelecidas com os membros de cada uma delas no decorrer de nossas visitas ao local.

¹⁹ O questionário socioeconômico aplicado na comunidade em 2010 contava com aproximadamente 50 itens/perguntas, organizadas por temas tais como: Produção Rural, Eucalipto, Religião, Migração, Infraestrutura, Serviços e Composição Familiar. A partir deste material, selecionamos as informações mais pertinentes ao tema deste trabalho e confeccionamos 4 tabelas em anexo com dados das três famílias escolhidas. Posteriormente fizemos a interpretação destes dados no capítulo 5.

Ressaltando que também se buscou chegar a esses fatores através do conhecimento e análise de algumas trajetórias e histórias de vida dos membros das famílias estudadas dentro e fora da comunidade. Portanto foi essencial a realização de trabalhos de campo nos quais foram utilizadas técnicas de história oral e etnografia, observação participativa e entrevistas semi-estruturadas com moradores locais e familiares, além da produção de fotos e vídeos, isto é, registros audiovisuais. Dessa forma, os dados obtidos em campo foram sistematizados, analisados e comparados.

Além disso, para servir de base teórica, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os temas abordados.

3. DISCUSSÃO TEÓRICA EM SÃO PEDRO DE CIMA

3.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES EM SÃO PEDRO DE CIMA

A Geografia, vista como uma ciência integral, desde seus primórdios, busca ousadamente dar conta do todo. Essa pretensão holística da ciência repercute em seus conceitos principais que culminam por apresentar múltiplas dimensões de análise, assim como acontece com o conceito de território.

Considerando-se que o todo geográfico é o meio, isto é, a síntese das relações entre elementos inorgânicos e orgânicos, dentre eles o homem, é complexo, pois resgatando as influências românticas e kantianas de Humboldt (SANTOS, 1986; MOREIRA, 2007), observa-se que este meio é composto por razão e emoção, razão e sensibilidade. Isto, pois que o homem, sendo um sujeito ativo desse meio, também é composto por razão e emoção, trazendo, portanto para o meio, subjetividades. Assim, as ações do homem que não seguem leis gerais, são altamente motivadas por aspectos subjetivos, simbólicos e afetivos, bem como políticos, econômicos, sociais e históricos. E uma vez que o antrópico tem uma alta capacidade de criação e transformação do meio e, sobretudo do território, faz-se necessário o estudo de todas essas esferas para compreender o território e as territorialidades de São Pedro de Cima.

Esta mesma compreensão do território está presente em Fernandes (2008) ao afirmar que “o princípio da multidimensionalidade pode ser considerado como uma propriedade do significado do conceito de território”, propriedade que deriva, também, da idéia de que o território é construído a partir do espaço e que o espaço deve ser compreendido como uma totalidade. Assim, para o autor, “cada território é uma totalidade” e “essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão

política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc.”

(FERNANDES, 2008, p.5) Fernandes acrescenta ainda que:

Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania. (...) Quando nos referimos ao território como propriedade particular individual ou comunitária, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia de seus proprietários na tomada de decisões a respeito do desenvolvimento desses territórios. (FERNANDES, 2008, p.5)

Rua (2006), apropriando-se da discussão de Haesbaert (1997), faz alusão a essas esferas necessárias ao estudo do território, retomando essa abordagem multidimensional:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT apud RUA, 2006, p.96 e 97).

Mazzetto (2007) sintetiza o seu entendimento de território como “aquele que o associa à apropriação social do espaço” e igualmente destaca as dimensões que daí se implica:

- a) a dimensão simbólica, que confere ao espaço-território um sentido, o caráter de lugar, a noção de pertencimento e, conseqüentemente, a capacidade de forjar identidades;
- b) a dimensão material, que se refere aos meios materiais de existência, portanto, ao uso do espaço-território;
- c) a dimensão do poder, que se relaciona com o acesso e com o domínio do espaço-território, os quais podem garantir ao grupo social que procura se apropriar de um determinado espaço a vivência plena das duas dimensões anteriores. (MAZZETTO, 2007, p.52)

Por fim, Mazzetto recorda a definição de “território usado” de Milton Santos, que muito bem se encaixa ao contexto local aqui estudado:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS apud MAZZETTO, 2007, p.52).

Conclui-se, portanto, que o território não está imune a uma base heterogênea, muito menos é um conceito puro, exclusivamente geográfico, e que dentro da própria geografia se podem encontrar distintas concepções de território, cada uma dando maior foco para esta ou aquela esfera de sustentação²⁰

Assim como o conceito de território, conseqüentemente o estudo da territorialidade também assume diferentes significações.

Sack (1986) dentro do seu vasto estudo, principalmente teórico, sobre a territorialidade humana, concebe-a “como sendo um meio indispensável, em geral, para o poder em todos os níveis: do pessoal ao internacional (...) usada nas relações do dia-a-dia e nas organizações complexas. A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social”, assim acreditando ser a territorialidade “uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar”, sobretudo, uma área, estratégia essa que poderia ser acionada em determinados momentos e depois vir a ser desligada.

Sack (1986) afirma também ser a territorialidade “uma forma de comportamento espacial”, estando “intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra e como elas

²⁰“Pensadores vinculados a diferentes correntes teóricas, como por exemplo o Positivismo, o Neopositivismo, o Materialismo Histórico, a Fenomenologia elaboram distintas significações dos conceitos de Espaço e Território para realizarem diferentes interpretações. De acordo com as tendências das intencionalidades, os territórios podem ser vistos de diversas formas, por diferentes sujeitos. Dar significados mais amplos ou mais restritos depende da intencionalidade do sujeito que elabora e ou que usa o conceito.” (FERNANDES, 2008, p.4)

organizam-se no espaço, e como elas dão sentido ao lugar”²¹ Em perspectiva semelhante, Mazzetto (2007) vê na territorialidade “a forma através da qual um determinado grupo social vivencia e experimenta o espaço-território”, ou como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a, assim, em seu território ou homeland” (LITTLE apud MAZZETTO, 2007, p.52)

O território de São Pedro de Cima, portanto, é reafirmado nas várias formas dos seus habitantes se apropriarem do espaço, tecendo e expressando assim suas territorialidades.

3.2 RURALIDADES

3.2.1 A COMUNIDADE DENTRO DO DEBATE

O mundo rural contemporâneo está bem distante de um rural obrigatoriamente agrícola/produtivo e idealizado que habitava o imaginário de muitos outrora. Perpassado por conflitos desde sempre, o rural de hoje ganhou novas funções e atores²¹, tornando este universo ainda mais complexo, aumentando a pressão sobre as classes menos abastadas e dando nova roupagem aos conflitos.

²¹ Sobre o assunto ver SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados** 15 (43), p.37-50, 2001.

Composto e habitado por distintos atores que se organizam conforme seu capital, ideologias e interesses (muitas vezes opostos) adotando diferenciadas formas de produção e produzindo múltiplas paisagens, o rural brasileiro contemporâneo é cada vez mais heterogêneo e imbricado com o urbano. Logo, este contexto gerou uma demanda teórica que rendeu infindáveis estudos e debates. Que se referem às variadas nomenclaturas e categorias analíticas relacionadas ao modo de produzir e/ou viver no rural; suas convergências e divergências, sob as quais os pesquisadores se debruçam, a favor desta ou daquela terminologia segundo suas ideologias e experiências. O intuito é distinguir adequadamente as personagens e suas estratégias no interior do jogo de poder que circunda o universo rural e que nos remete à questão agrária brasileira.

Assim, já que a comunidade cuja sustentabilidade buscamos entender, insere-se em um contexto rural e agrícola, é importante perpassar por duas dessas categorias - agricultura familiar e campesinato, visto acreditarmos serem essas as mais próximas à realidade atual de São Pedro de Cima.

3.2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINATO

Entre os termos “agricultura familiar²²” e “campesinato” também se costumam traçar longos debates, alternando autores e pesquisadores do meio, bem como alternando opiniões. Há os que acreditam na existência e oposição entre as duas terminologias e os grupos aos quais elas se referem, os que desacreditaram na sobrevivência de alguma forma de campesinato nos dias atuais, descartando, portanto, este termo, e até mesmo aqueles que vêem as duas categorias como oriundas de uma mesma essência, podendo uma se desdobrar, ou não na outra, etc. E, vale lembrar que este debate conceitual já vem sendo construído há um bom tempo, apesar de permanecer extremamente atual, sobretudo com o recente aparecimento e expansão do agronegócio no meio rural, contrastando com as duas categorias citadas,

essa realidade começou a ser formada na década de 1990 e desde então diversos trabalhos acadêmicos vêm sendo produzidos, especialmente em Geografia Agrária, ora tratando os conceitos de camponês e de agricultor familiar como iguais ou utilizando um desses conceitos sem a necessária reflexão teórica, de modo que o conceito de camponês aparece com o conteúdo de agricultor familiar ou vice-versa. (FERNANDES, s/d, p.2 e 3)

Inspirado talvez pela pergunta que também convém fazermos aqui (afinal, quais são as semelhanças e diferenças entre estes conceitos?) Fernandes no artigo “Agricultura Camponesa e/ou Agricultura familiar” faz um levantamento da opinião de alguns autores que nos será útil em conjunto com a análise do artigo de Wanderley (1996) sobre a mesma temática.

Assim, podem-se listar os principais elementos analisados nessa classificação:

- A forma como é organizado o trabalho/produção;
- O viés econômico - incluindo os objetivos pretendidos com a produção, o capital disponível para tal e o grau de inserção no mercado,

²² “(...) entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.” (WANDERLEY, 1996, p.2)

-A herança sociocultural.

“A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade” (FERNANDES, s/d, p.4). Neste sentido, pode-se dizer que “a agricultura familiar não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria analítica nova”. Na realidade, a expressão seria “um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares” e “ao campesinato corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade” (WANDERLEY, 1996, p.2). Sob esta ótica, o termo agricultura familiar estaria relacionado diretamente ao tipo de organização adotada na produção.

Há, contudo, aqueles que dotam estes termos de um cunho econômico e político, e constroem a idéia de que a agricultura familiar estaria mais voltada para a reprodução do sistema capitalista do que o campesinato. Nessa perspectiva configura-se uma oposição entre os que defendem a utilização do termo agricultura familiar e crêem na desintegração do camponês que estaria fadado a se transformar em agricultor familiar ou desaparecer totalmente baseando-se na “face conservadora do campesinato²³” (supostamente atrasada e insustentável); e os que acreditam na sobrevivência de formas de vida camponesas e vêem no termo uma bandeira política (“face transformadora do campesinato”²⁴):

uma das questões mais controversas no debate sobre campesinato no capitalismo refere-se a sua capacidade de permanência. Marx advogara uma incapacidade estrutural das unidades camponesas. Por outro lado, para Chayanov, os camponeses têm um modo próprio de investir, o que o fez elaborar uma “teoria do investimento camponês” (COSTA apud RIBEIRO, p.3).

No final do século XIX, Lênin e Kautsky prognosticaram o desaparecimento dos camponeses no desenvolvimento desigual do capitalismo. No final do século XX, os teóricos da *agricultura familiar* procuram construir um

²³ Termo utilizado por Fernandes no mencionado artigo.

²⁴ Idem 3.

método de análise em que o desaparecimento do camponês está no processo de metamorfose em agricultor familiar.

Dessa forma, a questão para o camponês é: ou ele se metamorfoseia em agricultor familiar e se integra ou se mantém como ele mesmo e se desintegra. (FERNANDES, s/d, p.4)

Fernandes (Op.cit) ainda acrescenta, defendendo a manutenção da categoria “campesinato”, que o debate possui diversas esferas além da científica, alertando que alguns teóricos se prendem na questão econômica. Por sua vez, ele reinsere a esfera política no debate, lembrando que tal debate deve ser tratado dentro do contexto da questão agrária e ressaltando a atuação dos movimentos sociais na reivindicação e reafirmação do termo. Assim, ele propõe “o fim do fim do campesinato” (FERNANDES, p.6).

Visto a vastidão de análises sobre esse tipo especial de agricultura, que tem como base o trabalho familiar, chamado campesinato, Wanderley (1996) resume o campesinato em duas “características fundamentais: a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar.” Assim, a autora chama a atenção para o chamado “sistema *policultura-pecuária*” que prioriza a diversidade produtiva e para o que ela chama de “*horizonte das gerações*”, visto que o camponês traça planos e estratégias para garantir não só a sobrevivência imediata do grupo familiar, como a das gerações subseqüentes.

Apropriando-se das análises de Jerzy Tepicht (1973), Wanderley ainda detalha melhor as especificidades do campesinato:

o campesinato organiza o seu trabalho levando em conta dois fatores estruturais. Por um lado, ele dispõe do que denominou de “*forças produtivas não transferíveis*”, isto é a capacidade de trabalho de pessoas ligadas entre si pelo laço do parentesco que, mesmo sem estar disponíveis no mercado de trabalho, se envolvem nas atividades produtivas do estabelecimento familiar, em razão desta mesma comunidade doméstica de interesses; por outro lado, ele deve considerar o tempo de não trabalho, isto é, o tempo em que o desenvolvimento cultural - vegetal ou animal - segue seu curso natural, biológico, prescindindo do trabalho humano. Trata-se portanto, de estabelecer os ajustes necessários entre a força de trabalho disponível e o ritmo e a intensidade do trabalho exigido ao longo do ano. Deve-se observar,

porém, que, nestes casos, a *pluriatividade e a contratação de trabalhadores alugados no estabelecimento familiar* estão inscritas na própria forma de produzir do camponês, *enquanto uma possibilidade*, mas sua concretização dependerá, fundamentalmente, do contexto mais geral que engloba o campesinato. (WANDERLEY, 1996, p.4) <grifos nossos>

No que se refere ao grau de inserção do agricultor ao mercado, e sendo essa característica muitas vezes vista como uma restrição à utilização do termo, “campesinato”, observa-se a possibilidade de relativizar este critério de diferenciação (tomemos como referência o artigo de Bombardi, quando escreve sobre a obra de Lamarche):

(...) a saber apresenta um gráfico cartesiano no qual o eixo x representa a dependência (de fraca a forte) e o eixo y representa a lógica familiar (de fraca a forte) e, assim, ele *estabelece quatro modelos, de acordo com o posicionamento neste gráfico, a saber Modelo Agricultura Familiar Moderna, Modelo Empresa, Modelo Agricultura Camponesa, Modelo Empresa Familiar*.

E, finalmente, mais à frente, apresenta uma ressalva de que *os modelos não são absolutos*. Na verdade, a realidade não se encaixa nos modelos por ele definidos, e, ele procura explicá-la de uma forma que acaba praticamente por invalidar sua proposição. (BOMBARDI, 2003, p.7) <grifos nossos>

Ainda Bombardi segue nessa análise, citando Lamarche (1998):

Aparece aqui muito claramente que todos os estabelecimentos estudados permanecem em situações intermediárias em relação aos extremos, como se não quisessem ou não pudessem engajar-se mais profundamente em seu modelo ideal respectivo. Essa prudência pode ser considerada como um fator de equilíbrio na medida em que esses produtores procuram conservar uma certa margem de manobra, uma capacidade de regulação e de adaptação às diversas limitações, tanto internas quanto externas, com as quais eles devem defrontar-se regularmente. (LAMARCHE apud BOMBARDI, 2003, p. 7 e 8) <grifos da autora citada>

COSTA apud RIBEIRO (2009) também contribui para desmistificar esta questão ao dizer que “a atividade camponesa, com a integração do produto do trabalho camponês ao mercado nem sempre é, mas sempre poderá vir a ser parcial, podendo a critério da própria unidade produtiva, e dadas certas circunstâncias, ser maior ou menor” (p.4).

O campesinato ainda traz consigo formas de sociabilidade e modos de vida particulares que merecem ser considerados e que nos remetem a expressão agri-CULTURA, utilizada por Porto Gonçalves (2006) em oposição a agro-NEGÓCIO a fim de sublinhar a existência de um verdadeiro cultivo/cultura nestas agriculturas.

Mediante o exposto, não é nosso objetivo delimitar rigidamente o território da comunidade neste contexto, isto é, aprisioná-la em único conceito. Assim, admitimos, atualmente, certa transitoriedade da Comunidade São Pedro de Cima entre ser unicamente uma agricultura inquestionavelmente de base familiar e ser uma agricultura familiar camponesa, pois que não é nosso objetivo nem romantizar por demais a realidade da comunidade vendo nesta a imagem de um campesinato clássico, nem sequer incorrer no erro de responsabilizando a hegemonia do café e a dedicação da comunidade a este produto (único cultivo de fato voltado para o mercado), rotulá-los como que seguindo uma lógica essencialmente capitalista de mercado. Comungamos, então, da reflexão menos ortodoxa e mais realista de Wanderley e acreditamos ser a realidade descrita abaixo, a que mais se aproxima da observada na comunidade:

- c) - a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto sócio-econômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais;
- d) - *estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa*, que lhe permite precisamente adaptar-se às novas exigências da sociedade.
- e) - o campesinato brasileiro tem características particulares - em relação ao conceito clássico de camponês - que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da História social do País e que servem hoje de fundamento a este “patrimônio sócio-cultural”, com que deve adaptar-se às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna. (WANDERLEY, 1996, p.2) <grifos nossos>

Por fim, Wanderley (1996) ainda sublinha que “é importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente”. Assim, consideramos que, para contextualizar a condição do trabalho em São Pedro de Cima e proceder à compreensão da organização familiar, entendemos que as consequências mencionadas por Wanderley são válidas, pois repercutem na sustentabilidade e prosperidade de uma comunidade rural.

4. SÃO PEDRO DE CIMA E AS AMEAÇAS AO REINADO DO CAFÉ

O Brasil é o maior produtor de café do mundo e também é um grande consumidor. Para iniciar a imersão no reinado deste grão, utilizaremos em abundância o artigo de ORMOND, J.G.P et al, publicado em 1999 pelo BNDES Setorial. Deste artigo retiramos para contextualizar este capítulo um interessante resumo da trajetória do café no Brasil desde o seu início até o final da década de 90, conforme pode ser verificado nos anexos.

4.1 ALTOS E BAIXOS DA CAFEICULTURA NA ZONA DA MATA MINEIRA

A Zona da Mata Mineira é fruto do século XIX, sua ocupação efetiva e seu desenvolvimento aconteceram tardiamente diferindo assim do restante do estado (BARROS, p. 1 e 2). No entanto, o desenvolvimento tardio não impediu que posteriormente esta região viesse a assumir lugar de destaque na economia de Minas Gerais. O responsável por isto? O café:

(...) apesar de representar com seus 35.000 km² apenas 5% do território mineiro, a zona da Mata foi até o início do século XX a região mais rica do estado de Minas Gerais, exatamente por apresentar as melhores condições físicas para o cultivo do café, produto que na época era a principal riqueza do país. Podemos dizer que, até a década de 1920, esta região foi a principal produtora de café do Estado, variando proporcionalmente de 90% na década

de 1880 até 70% na década de 1920, e isto levando em conta que o café, entre 1870 e 1930, ocupou sozinho cerca de 60% do total das exportações do Estado (...) (BARROS, p.1)

Nota-se, portanto que a economia da Zona da Mata, nesse período, se estruturou tendo como base a agroexportação.

Já na década de 60, ainda dependente do café e, portanto, suscetível aos impactos de suas ascensões e declínios, a situação e status econômicos dessa mesorregião se inverte:

Com o desequilíbrio na oferta e demanda mundial do café, na década de 1960, a Zona da Mata sofre implicações diretas (BDMG, 2000) tornando-se uma região problema, foco de incidência de programas específicos voltados para o desenvolvimento da região. Neste contexto é elaborada a política de recuperação do café, por meio de programas governamentais de erradicação e renovação das lavouras, entre 1962 e 1967 (CAMPOS, 2006). A partir da década de 1970, o café voltou a ser o principal produto, representando valor monetário importante na composição da renda de grandes, médios e pequenos produtores. (SILVA, 2010, p.13 e 14)

Na década de 80, já sob a influência do pacote tecnológico da chamada “Revolução Verde” que ganha força na década de 70 objetivando o aumento da produtividade, mais uma vez políticas e programas governamentais afetam a cafeicultura.

Os moradores mais velhos da Comunidade de São Pedro costumam nos contar sobre esse período, repetindo que o crescimento das lavouras de café na comunidade ganhou força a partir do governo de João Figueiredo, por volta de 1980. Assim, através dos incentivos do programa “Prioridade agrícola”, ou no popular, “Plante que o João garante”, voltado para o incentivo à produção e modernização da agricultura em pequenas e médias propriedades, o café se consolidou como principal produto e fonte de renda em São Pedro de Cima, lembrando que o envolvimento da comunidade com o café é anterior ao seu plantio no território de São Pedro de Cima, visto que durante bom tempo, moradores da comunidade mantiveram uma relação de dependência com uma fazenda cafeicultora adjacente a São Pedro

de Cima. Os moradores mais velhos nos contam sobre essa época, quando seu trabalho era trocado nas fazendas por produtos destinados à alimentação.

Por último, concluindo esse breve histórico do café na Zona da Mata de Minas,

Ressalta-se que, nessa mesorregião, tanto a área quanto a própria produção vem declinando, principalmente desde o início dos anos 90. A explicação dessa situação vem, em parte, do rompimento do AIC (Acordo Internacional do Café), em 1989, que fez com que o sistema de cotas de produção nos principais países fosse rompido. Conseqüentemente, a oferta mundial teve forte aumento, pressionando os valores do produto, que, junto com a extinção do IBC (Instituto Brasileiro do Café) em 1990, no governo Collor, forçou uma crise na safra 1992/93, desestimulando a produção do café. A partir de 1994, a recuperação do preço do café no mercado internacional, por conta do aumento na demanda, tem estimulado a produção, conseqüentemente, a área com café tem se ampliado. Essa recuperação na produção é observada no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, uma vez, que nessas regiões, a topografia possibilita adoção de tecnologias que proporcionam a redução de custos, em especial, a mecanização da colheita. Na Zona da Mata, a região de Manhuaçu, sofreu menos os impactos de uma conjuntura desfavorável, conforme mencionado, em razão da tradição no cultivo do café e da existência de maior estrutura de beneficiamento e comercialização, de modo a favorecer a recuperação da área e da produção após os anos de crise. (SANTOS, F; FARIA, R, e TEIXEIRA, E, 2008, p.590)

Contudo, constata-se que apesar das crises e (se compararmos ao século XIX e início do XX) da diminuição da relevância econômica para a Zona da Mata Mineira, o cultivo de café ainda é a principal atividade em muitas pequenas propriedades de agricultores desta mesorregião como acontece em São Pedro de Cima.

4.2 IMPACTOS DA MULTIESCALARIDADE EM SÃO PEDRO DE CIMA

Santos (2007) alerta para os efeitos e influências de uma “globalização perversa” sobre o modo de produção agrícola e a “vida de relações” do meio rural, transformando essas realidades de tal modo que o autor aponta para a configuração de uma nova agricultura, a qual ele denomina “agricultura científica globalizada”.

As principais características dessa nova agricultura seriam a dependência tecnológica do pacote da Revolução Verde e a influência do mercado global sobre a produção agrícola: “Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica” (SANTOS, 2007, p.89).

Partindo desse pressuposto, Santos nos recorda que a realidade contemporânea do agricultor brasileiro é influenciada por fatores internos (locais e regionais) e também fatores externos (globais):

O produto (ou produtos) com a responsabilidade de comando da economia regional inclui atores com diferentes perfis e interesses, cujo índice de satisfação também é diferente. Dentro de cada região, as alianças e acordos e os contratos sociais implícitos e explícitos estão sempre se refazendo e a hegemonia deve ser sempre revista. O processo produtivo reúne aspectos técnicos e aspectos políticos. Os primeiros tem mais a ver com a produção propriamente dita e sua área de incidência se verifica mormente dentro da própria região. A parcela política do processo produtivo, ao contrário, relacionada com o comércio, os preços, os subsídios, o custo do dinheiro etc., tem sua sede fora da região e seus processos freqüentemente escapam ao controle (e até mesmo ao entendimento) dos principais interessados. É isso que leva à tomada gradativa de consciência pela sociedade local de que lhe escapa a palavra final quanto à produção local do valor. (SANTOS, 2007, p.94-95)

Santos salienta ainda que a hegemonia do mercado capitalista global impõe ao produtor rural um cenário de crescente competitividade onde só sobreviveria, aqueles que

obedecessem “aos mandamentos científicos e técnicos” (SANTOS, 2007, p.89) dessa nova agricultura:

Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis econômicas que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. (SANTOS, 2007, p.89)

Visto isto, faz-se necessário mais uma vez reafirmar que esses aspectos e escalas igualmente estão presentes na produção agrícola da Comunidade São Pedro de Cima, tendo reflexos diretos e/ou indiretos em sua sustentabilidade e territorialidade. Logo, seria útil compreender a totalidade do circuito econômico da cafeicultura, trilhando, de fato, os caminhos do café, desde a primeira etapa, o financiamento da safra, passando pela produção, colheita, armanejamento, comercialização, até se chegar à etapa final, que é o consumo. Além disso, simultaneamente, desvendar as ações e influências dos atores locais e globais presentes nesse processo, seria igualmente valioso para uma real apreensão e análise da profusão de elementos e redes que tem a capacidade de alterar a sustentabilidade e territorialidade das famílias de uma comunidade rural quilombola, produtora de café. No entanto, tratar dessas questões neste momento acabaria por estender por demais o presente trabalho, e mesmo assim não conseguiríamos dar conta de todos os itens e suas correlações em profundidade, permanecendo o assunto como algo superficial e vago.

Contentaremos-nos, portanto apenas em dar visibilidade e assumir a complexidade e amplitude desse circuito, considerando que a rentabilidade dessa atividade depende de uma série de fatores, de natureza econômica, política, social e espacial, assim como envolve uma

multiplicidade de atores e escalas distintos. Devemos ter em mente, também, o recorte feito anteriormente no que se refere ao modelo de agricultura de que estamos tratando, isto é, agricultura familiar possivelmente de base campestre, pois esta denominação nos possibilitará também distinguir o espaço dessa agricultura nos circuitos produtivos e econômicos da produção agrícola, neste caso, do café.

4.2.1 FINANCIAMENTO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO: DIFICULDADES DE SÃO PEDRO DE CIMA NO CIRCUITO ECONÔMICO DO CAFÉ

O desenvolvimento da cafeicultura requer uma série de investimentos que, por sua vez, demandam capitais. Nesse contexto, os produtores buscam alternativas de financiamento não só para o começo da implantação de uma lavoura de café, mas para a produção anual da safra deste grão. São financiamentos para aquisição de insumos químicos (adubação e defensivos), mão de obra (quando esta não é proporcionada pela própria família), mecanização e investimentos em infra-estrutura de modo geral, conforme as especificidades da produção.

Nesse contexto, além do produtor, destacam-se três atores protagonistas dessa etapa: bancos, comerciantes e o Estado, cada qual segundo suas estratégias de atuação e por vezes traçando parcerias entre a iniciativa privada e o poder público.

No que tange ao Estado, este atua por intermédio das políticas públicas traçadas, sobretudo pelos ministérios correspondentes ao setor. Atualmente, existem dois ministérios que se encarregam dos temas ligados à agricultura, o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). O papel

desempenhado por cada um destes ministérios, porém, tem sido alvo de análise e crítica no meio geográfico, visto que estes parecem por vezes contraditórios em suas ações, na realidade devido ao fato de também focarem atores distintos. Desta forma, o MAPA estaria mais atrelado ao ramo da agricultura denominado agronegócio e o MDA à agricultura familiar e pequenos produtores em geral.

Neste ponto, é relevante considerar a exaltação histórica da agricultura de exportação²⁵ feita pelo Estado brasileiro em detrimento da agricultura familiar e da produção para abastecimento do mercado interno, o que se reflete em maior apoio, direta ou indiretamente, ao ramo do agronegócio.

No entanto, recentemente entre as políticas públicas voltadas para o setor, destaca-se o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que se configura como um meio do produtor obter financiamento.

Contudo, apesar do Estado, por meio do PRONAF, estar presente na comunidade São Pedro de Cima como financiador da produção, observa-se, através dos relatos dos moradores locais, ainda a permanência de uma ligação que remonta ao século XIX e que dá ao comerciante provavelmente o lugar de destaque dentro da etapa de financiamento da produção em São Pedro de Cima. Assim, vê-se na comunidade uma situação de dependência similar a abaixo descrita

Durante o longo período do século XIX, no qual a economia cafeeira se assentava sobre o regime de trabalho escravo, e mesmo nas duas décadas seguintes, ao final da escravidão, nas lavouras de café, o mecanismo de financiamento da produção vinculava-se profundamente à comercialização do produto.(...)

²⁵“Foram os interesses alienígenas que predominaram, orientando a nossa economia para a exploração primária da terra e para a exportação das matérias-primas assim obtidas. Desenvolveu desta forma o Brasil a sua vocação oceânica, exportando toda a sua riqueza potencial – a riqueza de seu solo e de sua mão-de-obra – por preços irrisórios. (...) Orientada a princípio pelos colonizadores europeus e depois pelo capitalismo estrangeiro expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo.” (CASTRO,2008,p.267)

Como em qualquer atividade produtiva no sistema capitalista, seria razoável supor que a principal fonte de financiamento de capital residisse nos lucros gerados pela própria produção. Contudo, tal não se dava na lavoura cafeeira (...)

Os recursos financeiros na lavoura de café eram importantes por duas razões. Primeiro, por se tratar de uma cultura permanente que exige um período relativamente longo para sua formação. A lavoura era considerada formada e em plena produção apenas no seu quinto ou sexto ano de vida. Em consequência, os gastos com a formação exigiam uma inversão de recursos cujos primeiros retornos tardariam longo tempo para aparecer. A segunda razão refere-se às elevadas exigências do trato do cafezal. São necessárias diversas carpas durante o ano para conservar a lavoura limpa a fim de preservar a produtividade da planta.(...)

Ao comerciante cabia a função de prover ao fazendeiro os recursos necessários para a formação da lavoura e para o trato do cafezal e a colheita do café. (...). Era o comerciante, pois, o “banqueiro” da lavoura. Na ausência de um sistema bancário, público ou privado, ligado diretamente à produção, o comerciante de café chamava para si o papel fundamental de suprir o crédito necessário. Em contrapartida, exigia reciprocidade do fazendeiro, pois a produção era entregue aos seus cuidados, que consistiam no preparo e na venda do café, ganhando uma comissão que na época era fixada em 3% do valor da venda. O comerciante fornecia o crédito ao fazendeiro; em troca, adquiria um cliente cativo. (MORAES, s/d, p.1-2)

Tradicionalmente um produto importante na economia, de grande circulação no mercado interno, mas também importante como produto de exportação²⁶, o mercado do café se tornou competitivo, exigindo do produtor grandes cuidados com a etapa da produção

²⁶“O café é o mais tradicional item da pauta de exportações brasileira. No entanto, tem perdido espaço tanto na composição da pauta como no mercado mundial do produto. Já representou 70% das exportações brasileiras na década de 20, baixou para 50% em 1960 e hoje está limitado a 6%. O Brasil ainda é o maior exportador mas sua participação é decrescente: 39% em 1960 e 22% em 1998. O país chegou a responder por 80% da produção mundial, mas em 1998 estava restrito a 32%. Nas últimas décadas, uma das principais razões para a diminuição da inserção brasileira nesse mercado foi a campanha promocional desenvolvida pela Colômbia e por países da América Central sobre a qualidade dos cafés que produzem.

Hoje o Brasil é conhecido como um exportador de quantidade, e não de qualidade, recebendo preços mais baixos do que a média. Muitas vezes o produto final tem composição majoritariamente brasileira, mas é vendido como café colombiano nos principais mercados mundiais.” (ORMOND, J.G.P; PAULA, S.R.L de; FILHO, P.F,1999, p.5)

(plantio e manutenção das lavouras, colheita e manipulação²⁷, secagem²⁸ e armazenagem) até que o grão seja destinado à comercialização. Assim, cada uma destas fases da produção poderá influenciar a qualidade e o tipo de café produzido e, conseqüentemente, o preço e mercados que este conseguirá atingir:

Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas as condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente (...)
Dá-se na realidade certa militarização do trabalho, já que o critério do sucesso é a obediência às regras sugeridas pelas atividades hegemônicas, sem cuja utilização os agentes recalcitrantes acabam por ser deslocados. (...) É atender a tais imperativos ou sair. (SANTOS, 2007, p.89)

Primeiramente, destaca-se que há grande variedade de espécies do grão, mas economicamente as duas mais importantes espécies “são o arábica (*Coffea arábica*), que representa mais de 70% da produção, e o robusta (*Coffea canephora*).”(CNC,2011):

²⁷“A colheita pode ser feita nas seguintes formas:

- derriça no chão – o café é derrubado no chão, recolhido e abanado, processo no qual é grande a presença de impurezas como paus, folhas, torrões, pedras etc.;
- derriça no pano – os frutos são derrubados num pano ou plástico colocado sob o cafeeiro para evitar que entrem em contato com a terra, diminuindo assim a presença de impurezas e a mistura com os grãos caídos no chão;
- colheita a dedo – os frutos são colhidos um a um e colocados em cestos, operação que permite colher somente os maduros, possibilitando melhor qualidade do café colhido, pois praticamente não aparecem impurezas; e
- colheita mecânica – o café é colhido com o uso de máquinas colheitadeiras, sistema que é mais utilizado em áreas planas; porém, já existem modelos de sistema costal que podem ser utilizados em regiões montanhosas, fazendo-se a derriça no pano quando o café está seco ou no estágio de cereja.” (ORMOND, J.G.P; PAULA, S.R.L de; FILHO, P.F,1999, p.17 e 18)

²⁸ “A secagem é um fator crítico do processo, pois influi diretamente no aspecto e no resultado da torração do café. Uma seca perfeita, que deve ser lenta e uniforme para não quebrar a estrutura celular do grão, confere ao café uniformidade de cor e consistência dos grãos, mantendo as características de sabor do produto. As oscilações de umidade no processo e teores de umidade diversificados no lote causam grave prejuízo à qualidade do produto final. Tanto o processo realizado em terreiro quanto aquele que utiliza secadores térmicos ou mistos produzem o mesmo efeito, mas o primeiro tem adquirido importância no mercado mundial por ser considerado um processo natural.” (ORMOND, J.G.P; PAULA, S.R.L de; FILHO, P.F,1999, p. 18 e 19)

A espécie arábica produz cafés de melhor qualidade, mais finos e requintados, e possui aroma intenso e os mais diversos sabores, com inúmeras variações de corpo e acidez. Os cafés de melhor qualidade utilizam somente combinações de arábica.

A espécie robusta, originária da África, tem trato mais rude, pode ser cultivada ao nível do mar e não possui sabores variados nem refinados, como a arábica; sua acidez é mais baixa. Por apresentar mais sólidos solúveis, é de grande utilização nas indústrias de cafés solúveis.

O café arábica, de grande importância econômica nas regiões que o cultivam (...) encontra excelentes resultados em regiões montanhosas com altitude entre mil e dois mil metros. É adaptado ao clima úmido com temperaturas amenas e seu cultivo é mais adequado em regiões de temperaturas médias entre 18°C e 23°C. Em regiões mais quentes e com elevada umidade atmosférica, na ocasião do florescimento, poderá apresentar boa frutificação desde que não haja deficiências hídricas. (ORMOND, J.G.P; PAULA, S.R.L de; FILHO, P.F,1999, p.10)

O café arábica, que requer maiores cuidados na produção por “ser uma cultura frágil, sujeita a diversas doenças” (ORMOND, J.G. P; PAULA, S.R.L de; FILHO, P.F,1999, p.23) é o café produzido em São Pedro de Cima (como em todo o estado de Minas Gerais) e no que se refere à qualidade, possui classificação em bebidas (mole, dura, rio) sendo mais um fator importante a ser considerado.

O café classificado como bebida mole é bastante suave (melhor para o consumo), pois não necessita da adição de açúcar, o que mascararia o sabor do café. Este tipo de café é utilizado para fazer os cafés Gourmets, o topo da linha de qualidade. No entanto, popularmente, no Brasil, este tipo de bebida pode ser rejeitado, encarada como um “café fraco”.

A bebida dura também é nobre, mas tem sabor um pouco mais adstringente, e a bebida rio, preferida em outras regiões do mundo como a Turquia, tem um gosto mais químico. Há ainda outro tipo de café arábico que é como se fosse à intensificação do café rio.

As certificações de qualidade conferidas por instituições do ramo, como a ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café²⁹, que fiscaliza a pureza do grão, assim como a

²⁹ Exemplos de selos de qualidade conferidos pela ABIC: Selo de Pureza ABIC, Selo do Programa de Cafés Sustentáveis do Brasil. Além disso, outro nicho de mercado relevante é o dos cafés considerados orgânicos, isto é, “café produzido sem aplicação de fertilizantes químicos e de agrotóxicos.” (ABIC, 2011)

inserção do apelo e valorização da questão ecológica e da sustentabilidade ambiental, também têm hoje, peso importante no que se refere à competitividade no mercado de café³⁰. Logo, produtores que conseguem atingir os padrões estabelecidos e alcançar níveis mais altos de qualidade e/ou atender aos critérios de classificação de sua produção como sustentável, conseguem obter uma posição melhor neste mercado, podendo, até, vender seu produto diretamente para indústrias do ramo responsáveis por exportação e pela industrialização do grão para a geração de produtos derivados para o mercado interno.³¹

Logicamente, as características do meio físico, o tipo de agricultura desenvolvido (monocultura, consórcios agrícolas, agricultura convencional, agricultura orgânica, etc), as técnicas e tecnologias empregadas, o capital investido, as especificidades e nível de capacitação (ou assistência) da mão de obra utilizada, bem como a infraestrutura da unidade produtiva, entre outros fatores, são decisivos para o grau de produtividade obtido, a qualidade do produto final destinado ao mercado e a definição da relação custo/benefício³² para o produtor.

³⁰ “Incitados pela perda de mercado, produtores brasileiros tomaram iniciativas para melhorar a qualidade do produto, investindo no sistema pós-colheita. Esse movimento resultou na difusão da seleção de cafés de qualidade superior. Mas no primeiro momento não houve a correspondente valorização monetária em função da “comoditização” do produto. Insatisfeitos com essa situação, produtores do sul e do cerrado de Minas Gerais constituíram associações com a finalidade de conseguir maior aproximação com os importadores e buscar nichos de mercado para seu produto. Baseados no marketing dos chamados “cafés gourmets” e participando com visão estratégica em feiras e eventos promocionais internacionais, eles têm conseguido vender a idéia do “café brasileiro de qualidade superior” com relativo sucesso, embora ainda em pequena escala. Essa iniciativa encontrou eco em outros estados produtores, disseminando-se pelo país, em um processo que busca melhorar a qualidade do café brasileiro e, conseqüentemente, a rentabilidade do setor.” (ORMOND, J.G.P; PAULA, S.R.L de; FILHO, P.F,1999, p.5)

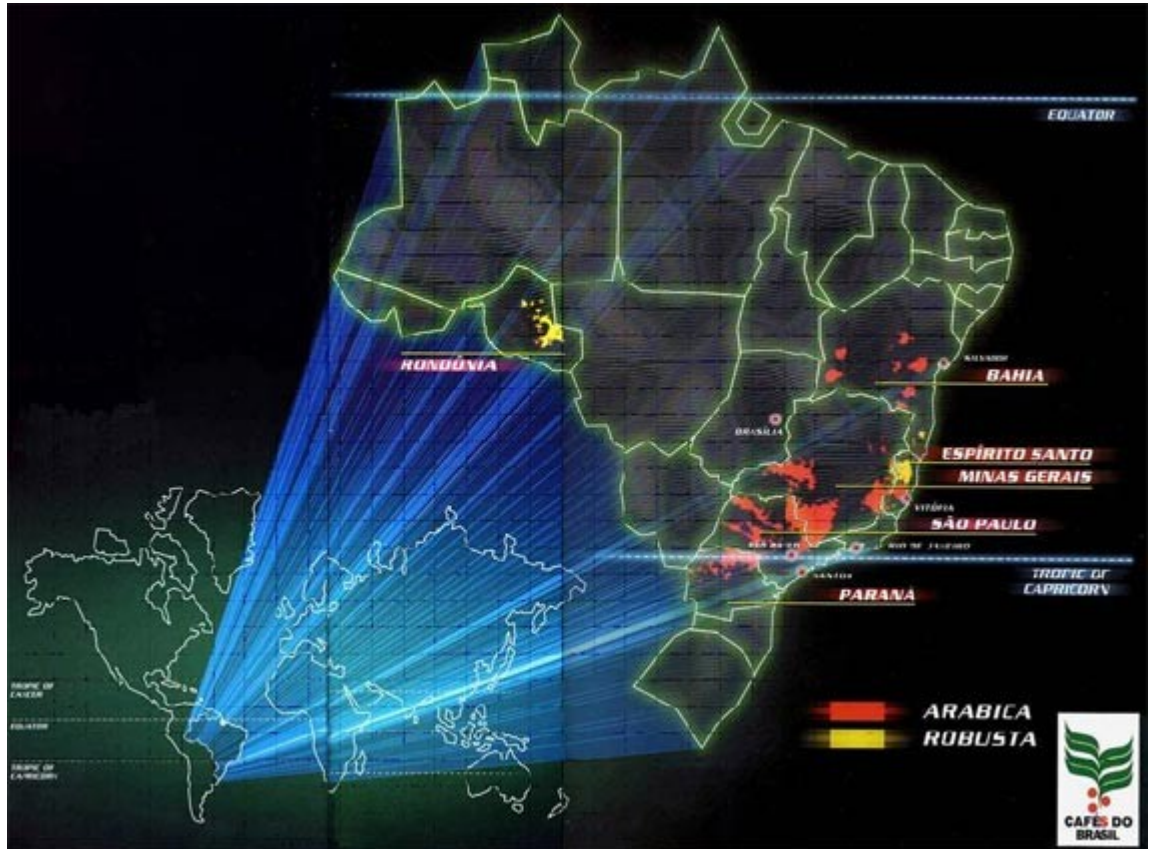
³¹ Como exemplo podemos citar a marca Toko que comercializa com pequenos produtores de Ervália e Rosário da Limeira, municípios estes relativamente próximos ao município de Divino.

³² “A diversidade de espécies plantadas, o sistema de plantio (tradicional, em renque e adensado), o tipo de região (montanhosa ou plana), o tipo de clima, o tipo de lavoura (irrigado e sequeiro), a idade da lavoura e os tratos culturais, dentre outros fatores, estabelecem grandes diferenças na produtividade, que pode variar de cinco a 90 sacas beneficiadas por hectare, números bastante díspares para se ter uma média de produtividade nacional. O mesmo ocorre com os dados referentes a custos, que só podem ser analisados à luz desses diferentes fatores que influenciam diretamente a produtividade por área. Sistemas mais tecnificados têm custos maiores com insumos, porém o aumento da produtividade compensa o maior gasto com materiais usados e a maior utilização de mão-de-obra na colheita.” (ORMOND, J.G.P; PAULA, S.R.L de; FILHO, P.F,1999, p.19)

Sublinhamos ainda para reflexão, dentre os fatores elencados, o relevante papel do Estado frente à questão da assistência técnica e extensão rural. Este por intermédio de órgãos e empresas de assistência como a Emater deveria atuar junto àqueles produtores inseridos na mescla de pequenos produtores, agricultores familiares e/ou camponeses. Mas, há disparidade quanto a esta assistência. Há os que contam com sua eficiência e os que sofrem com sua ineficiência. Nem todos são contemplados com a assistência, a maioria sofre com a desassistência destas instituições, em contraste com os grandes produtores e latifundiários que têm a assistência técnica garantida através do pagamento por esta prestação de serviço.

Haja vista, esses fatores, a competição no mundo do café se dá em diferentes escalas: entre produtores de mesmo porte, entre grandes e pequenos produtores e, também, entre regiões no âmbito nacional. Assim, atualmente se considera como os principais estados produtores de café: Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Paraná e Rondônia. Merece destaque a competitividade entre regiões produtoras no Estado de Minas Gerais, sendo elas: Sul de Minas, Cerrado Mineiro e Zona da Mata ou Matas de Minas (CNC, 2011).

Figura 10: Mapa dos principais estados produtores de café no Brasil



Fonte: CNC- Conselho Nacional do Café

Ressalva-se, obviamente, que o agricultor familiar (nos moldes que vimos) contando com produções de pequeno porte, não consegue se inserir em todas essas disputas, apesar de ser influenciado mesmo que indiretamente por elas, visto que o preço do café por exemplo segue influência de cotações internacionais.

5. LAÇOS DE FAMÍLIA E OUTRAS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Apesar de termos apresentado apenas uma parte ínfima dos estudos sobre agricultura familiar e campesinato, o elemento família e sua importância nesse meio já foram evidenciados. A família, portanto está na base das relações de solidariedade e reciprocidade criadoras de estratégias para a sobrevivência e permanência do grupo no campo. As relações de parentesco e de vizinhança são fundamentais.

Dentre os nove elementos estruturais da produção camponesa citados por Oliveira (2007) em alusão a obra de Tavares dos Santos (1978), dois nos remetem a essa estratégia de sociabilidade camponesa, práticas também observadas em São Pedro de Cima:

- b)- a *ajuda mútua* entre os camponeses - é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados;
- c)- a *parceria* - é outro elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim ele, ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos; é comum essa relação de trabalho aparecer articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores; da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e conseqüentemente aumentar suas rendas; (OLIVEIRA, 2007, p.41)

Souza (1998; 2007) trata bem dessas estratégias que vão além da esfera econômica, ao ressaltar “o estabelecimento de laços familiares e de parentesco, consanguíneo ou ritual” (relações de compadrio) como parte decisiva do cotidiano camponês diante do enfrentamento de dificuldades.

Galizoni (2000), ao relatar e analisar experiências de famílias do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, mostra como as migrações, apesar de geralmente serem vistas sob uma ótica

negativa e de desintegração, podem ser decisões familiares transformadas em estratégias de permanência na terra / campo. Visto que a realidade da agricultura familiar passa pela posse de pequenas propriedades, a autora mostra como as famílias utilizam a migração a fim de regular a permanência e saída, o número de filhos (herdeiros) e capacidade da terra de os comportar, evitando a excessiva fragmentação da propriedade que levaria a unidades insuficientemente pequenas para abrigar produtivamente uma família. Há também casos em que migrações temporárias são utilizadas como meio de aquisição de recursos para a compra de novas terras ou para a manutenção da terra recebida como herança:

As famílias crescem, mas as terras e os recursos naturais permanecem estáveis. O desenlace passa por dois extremos: divide-se a terra ou divide-se a família. Diante de tal decisão, as famílias de lavradores foram ao longo do tempo construindo estratégias de partida, permanência e reprodução na terra, procurando manter terra e família com o mínimo de fragmentação.

(...) os filhos que migram não saem de uma vez, vão saindo aos poucos, experimentando as oportunidades, tendo a retaguarda da família, até que saíam de vez, porque a saída é inevitável, já que a terra quase sempre é pouca para caber todos os membros da família. (GALIZONI, 2000, p.911 e 915)

Outro aspecto comum da migração lembrado por Galizoni (2000, p.917) é que “A migração também é um processo familiar, porque quem ficou impossibilitado de permanecer na terra não migra só, desfazendo os laços de parentescos; ao contrário, migra em grupo, indo para onde estão parentes ou afins, reconstruindo em outros locais (rurais ou urbanos) suas unidades familiares (...).”

Aqui acrescentamos ainda, outro papel desempenhado pelos migrantes em relação à manutenção de parte dos familiares na terra / campo, que é a significativa importância da sua ajuda em ocasiões especiais ou de maior precisão, ou ainda o envio periódico de remessas de dinheiro pelos que migram e conseguem algum sucesso, aos parentes próximos que permaneceram na propriedade rural.

5.1 TERRITORIALIDADES FAMILIARES

Como já expomos aqui, historicamente se percebe que a família é o núcleo da vida camponesa e inúmeros estudos, sobretudo de historiadores e sociólogos, tratam desta questão.³³ A constituição de uma família no mundo camponês se configura como uma estratégia de existência e sobrevivência. A unidade familiar é a própria unidade produtiva e o planejamento da produção e do trabalho se confunde com o planejamento doméstico. Assim, a renda obtida com a produção agrícola depende majoritariamente, ou mesmo integralmente, da mão de obra familiar ativa, ao passo que o tamanho da propriedade e a parcela destinada ao cultivo agrícola também costuma estar em função da composição e do consumo familiar. Daí, a importância da análise da composição e estrutura familiar (número de filhos, faixa etária e gênero) para compreender a permanência de um dado grupo em um meio rural agrícola.

Partindo dessa perspectiva, e complementando com a importância da família na própria conformação da comunidade e de sua identidade, é que se optou por incluir neste trabalho um estudo de caso selecionando três famílias moradoras atuais da comunidade. Assim, a análise mais profunda sob dados concretos acerca da composição da renda familiar (a qual depende de algumas das características familiares e fatores já comentados, entre outros) nas unidades produtivas, nos esclarecerá um pouco mais sobre como estas pessoas atuam para garantir seu território e territorialidade por meio da sustentabilidade econômica. Mediante isto, pretende-se tentar desvendar e analisar, com base nos elementos discutidos nos

³³ “O caráter familiar da produção tem sido visto como a pedra de toque para a compreensão do campesinato seja na antropologia, na sociologia ou na economia”. (WOORTMANN, 2001, p.2). Sobre o assunto ver também SOUZA (2006) e (2007) e COSTA (1995).

capítulos anteriores, os recursos disponíveis a cada uma delas e as estratégias por estas acionadas a fim de garantirem sua permanência e sobrevivência na referida comunidade agrícola. Assim, vejamos como se apresentam as territorialidades dessas famílias.

A família representante do núcleo Malaquias reside nas proximidades da entrada da comunidade no sentido Divino/São Pedro (parte baixa), sendo composta por um casal já idoso, seus filhos e netos. Dos 11 (onze) filhos do casal, sendo 1 (um) falecido, 2 (dois) continuam residindo na comunidade atualmente, sendo que apenas um ainda reside na unidade familiar e produtiva aqui analisada. A composição familiar da unidade produtiva, portanto, consiste no casal, 1(um) filho, e 3 (três) netos ainda menores. Os demais filhos migraram para outros municípios, sobretudo no Estado de São Paulo.

Ainda na parte baixa da comunidade (várzea), reside a família representante do núcleo Aprígeo. O grupo é composto por um casal e 2 (duas) filhas jovens, sendo que recentemente uma delas se casou deixando de residir na unidade produtiva analisada, porém continua a morar na comunidade.

Estas duas primeiras famílias estão situadas relativamente na área central da comunidade próximo à escola, ao posto de saúde, à venda e às igrejas.

Já a família representante do núcleo Pereira mora na região chamada “Laje”, a parte mais alta da comunidade, distante, portanto, dos fixos de convívio e prestação de serviços da mesma. Ela é composta por um casal e uma filha ainda jovem. O casal possui ainda um filho casado que mora ao lado e uma filha que não mora na comunidade.

Segue-se uma leitura das tabelas, em anexo, construídas com dados destas famílias retirados dos questionários aplicados na comunidade em 2010. Faz-se necessária a ressalva de que, na montagem das tabelas, foram transcritas as informações da forma como elas foram respondidas pela comunidade e preenchidas no questionário. Assim, nota-se na leitura destes

algumas possíveis inconsistências (indicadas nas tabelas por asteriscos), as quais levantam dúvidas que serão comentadas conforme a leitura de cada tabela.

Na tabela 1 - Características da Propriedade, Hábitos e Práticas comunitárias, destaca-se primeiramente a questão do tamanho da propriedade, que nos três casos não chega a 10 hectares de terra.

Em segundo lugar, destaca-se a questão da propriedade da terra e como se deu sua posse. As três famílias responderam serem proprietárias da terra, o que a princípio lhes garante maior segurança. Neste ponto, sublinha-se que a terra foi passada a estas famílias por meio de herança, e tal processo contribui para reforçar os citados laços de parentesco existentes entre os membros da comunidade e perpetuar a territorialidade de cada núcleo familiar historicamente, a partir do horizonte das gerações, no território da comunidade. Por outro lado, é importante ressaltar que, no caso da família Aprígeo, o processo se deu não só por herança, mas também por compra de terras.

O item procedência dos alimentos consumidos comprova a existência de cultivos para além da monocultura do café (o que também pode ser observado na tabela 3 na coluna Produtos), utilizando essa população de todo o seu entorno e inclusive através de consórcios com o café para atender parcialmente as suas demandas alimentares. Apesar de a família Malaquias ter respondido que comprava os alimentos consumidos, acredita-se que esta compartilha dessa prática comum na comunidade de manter uma pequena produção doméstica de alguns alimentos para o auto-consumo.

Na tabela 2 - Composição Familiar e Histórico Migratório, vemos o número de pessoas residentes em cada propriedade, assim como a faixa etária de cada um e sua profissão, o que ajuda a delinear o possível cenário da força de trabalho disponível em cada propriedade em comparação com o número de membros dependentes. Repara-se ainda a questão da migração, e sublinha-se que, na família Malaquias, é maior o número de residentes, 6 (seis)

sendo três deles menores, com faixa etária supostamente incompatível com o ingresso no mundo do trabalho e ainda dois dos residentes de idade já avançada, o que configuraria uma precariedade da força de trabalho familiar em termos numéricos e, conseqüentemente, um desequilíbrio na relação produção/consumo que norteia a economia doméstica camponesa. No entanto, nesta mesma família também é maior o número de membros que migraram, 8 (oito), estando todos eles empregados nas regiões que os receberam. Portanto, poderia se pensar em um equilíbrio entre a força de trabalho familiar precária na unidade rural e a contribuição financeira destes migrantes na manutenção da propriedade familiar rural. Tal hipótese, segundo observações e relatos em campo, parece ser verdadeira, e pode-se citar como exemplo a recente construção de um terreiro de café cimentado na propriedade da família, obra que teria sido custeada por este tipo de contribuição.

A estrutura etária de cada família também encontra reflexos na tabela 3 – Produção e Renda, quando observamos o item contratação de companheiros (força de trabalho adicional) e vemos que a família Malaquias afirmou contratar este tipo de serviço, o que nos revela além da necessidade advinda da composição familiar da referida unidade de produção, também a existência de recursos financeiros disponibilizados para tal fim. Nota-se ainda que a família Aprígeo afirmou contratar companheiros somente na época da colheita, demanda que provavelmente se deve ao fato de, apesar de pela faixa etária, os outros dois membros desta unidade familiar estarem aptos ao trabalho, somente um membro (o chefe da família) se dedica ao trabalho na lavoura, sendo que os demais (mulheres) possuem outras ocupações não agrícolas (conferir tabela 2 em anexo); incluindo as tarefas domésticas.

Por fim em relação a este item, vê-se que a família Pereira não contrata companheiros o que poderia estar relacionado ao que tudo indica, a seu menor poder aquisitivo frente às outras duas famílias. Nesse sentido, destaca-se a baixíssima produção anual por número de sacas informada por esta família, que não chega a uma saca. Tal dado, sobretudo frente à

produção das outras duas famílias, que conjuntamente varia de 15 a 42 sacas anuais, surpreende e nos leva a considerar duas hipóteses: um erro na aplicação do questionário/ e ou interpretação da questão por parte da família, ou a associação dessa baixa produção com o reduzido tamanho da propriedade agrícola, de modo que a produção do café, assim como dos demais produtos, restringir-se-ia aos níveis do autoconsumo (o que coaduna com a resposta da família sobre o destino da produção) e plantação ao redor da casa na conjugação com a horta doméstica. Outro item importante a se considerar nesta análise é o fato desta família ter declarado que seu local de trabalho é na lavoura de terceiros, o que reforça a idéia da relação entre a baixa produção com o tamanho da propriedade. Na realidade, esta família nos informou que atuam como meeiros em uma propriedade em Dornelas (localidade nas adjacências da comunidade) onde são colhidas 40 sacas anuais. Salienta-se ainda que na coluna número de pessoas que trabalham na propriedade agrícola, a família respondeu 5 (cinco), apesar de na coluna número de pessoas residentes na propriedade, ter sido informado, 3 (três). Tal divergência pode estar relacionada à inclusão do filho do casal e sua respectiva esposa (que moram ao lado da família analisada) nesta contagem, talvez pelo grau de parentesco aliado ao fato destes possivelmente também trabalharem na mesma propriedade, em Dornelas, como meeiros. Contudo, sobre estas questões nada se pode afirmar por não terem sido esclarecidas no momento da aplicação do questionário, demandando uma volta a campo para verificação. Divergência similar também ocorreu nos dados da família Malaquias, porém neste caso, foi informado o número de pessoas residentes na propriedade como sendo o mesmo do número de pessoas que trabalham na propriedade agrícola, o que contrasta com as informações fornecidas na coluna ocupação exercida, da tabela 2. Neste caso, portanto, acreditamos, mediante inclusive certo conhecimento desta unidade familiar, que tenha ocorrido um erro na hora da aplicação/preenchimento do questionário. Todavia, não

se pode descartar a hipótese de que este número esteja relacionado à contratação de companheiros.

O último ponto a ser destacado nesta tabela é a presença de benefícios governamentais compondo a renda familiar.

E por fim na tabela 4- Eucalipto, evidencia-se o que já havia sido mencionado ao fazer a descrição da comunidade. Em relação à diferenciação espacial das plantações de eucalipto no interior da comunidade, no que diz respeito a seus proprietários, vemos que as famílias Malaquias e Aprígeo possuem plantação de eucalipto própria e que a família Aprígeo também realiza a plantação de eucalipto para terceiros, o que garante a estas famílias uma renda adicional, apesar da família Aprígeo ter declarado que sua plantação de eucalipto é destinada ao consumo próprio.

Podemos concluir que a família Aprígeo detém maior poder aquisitivo, o qual se expressa no tamanho de sua propriedade (superior a das outras duas famílias), no capital empregado para aumentar (por meio de compra) a extensão das terras adquiridas por herança e na não dependência de processos migratórios de familiares para a manutenção da propriedade e complemento da renda familiar. A maior disponibilidade de terras para o cultivo repercutiu na alta produção de café (também superior a das demais famílias analisadas), de forma que o café é considerado pela família como a sua principal fonte de renda familiar, diferindo das outras duas que dependem também de benefícios governamentais (aposentadoria). Assim, essa família parece ter alcançado uma significativa auto-suficiência em termos produtivos, equilibrando bem a relação produção/consumo a partir fundamentalmente do trabalho em sua própria propriedade. Desta forma, o único fator que, por ora, conseguimos apontar como estratégico para o estabelecimento dessa sustentabilidade econômica é a detenção dos meios de produção (terra), alcançada, provavelmente, por meio da constituição de um capital anterior que permitiu o investimento na compra das terras.

Porém, não contamos com informações sobre como e sobre que condições poderia ter ocorrido essa formação de capital inicial.

A família Malaquias se apresenta como uma situação intermediária. Pois conseguem manter uma boa relação entre produção e consumo e têm uma propriedade de extensão razoável, isto é, não muito inferior à da família Aprígeo. Todavia, vê-se que provavelmente devido à insuficiência da força de trabalho e, conseqüentemente, produção relativamente menor, os membros desta família dependem e recorrem a outras fontes para manter a propriedade como: benefícios governamentais, auxílio dos filhos emigrados, contratação de força de trabalho adicional e plantio de eucalipto para comercialização.

Já a família Pereira, devido à desvantagem do reduzido tamanho da propriedade, depende diretamente da venda de sua força de trabalho por meio do estabelecimento de sistema de parceria (meação) com outros proprietários (extra-comunidade) para a sua permanência no meio rural. Convém destacar ainda que, das três, esta é a única família cuja renda é majoritariamente proveniente do trabalho na produção agrícola, sem que nenhum de seus membros desempenhe outra atividade não-agrícola.

Sublinhe-se, por último, que a localização das propriedades também pode ser um índice dessa diferenciação econômica (sendo esta anterior às gerações atuais considerando que a terra foi passada por herança) visto que considerando o vale do córrego São Pedro e as atividades anteriormente desenvolvidas na sua várzea (antes do assoreamento) como a pesca e o cultivo de arroz, as terras adjacentes à várzea (Família Aprígeo) ou relativamente próximas a ela (Família Malaquias) deveriam à época, por este motivo, apresentar um valor muito maior do que aquelas nas áreas mais acidentadas próximas às encostas (Família Pereira). Ressalta-se ainda que foi justamente nessa área de vale que se construíram os estabelecimentos como a escola, o posto de saúde, venda e igrejas da comunidade, o que conforma uma função de centralidade a este espaço de São Pedro de Cima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reafirmamos a importância de pensar a Comunidade São Pedro de Cima como uma totalidade. Assim, até aqui, a comunidade vem resistindo territorialmente, mesmo que, incorporando, parcialmente, novos elementos na produção, e fazendo readaptações no uso de seu território. Dessa forma, pressões econômicas e políticas advindas de atores e em escalas distintas, expressam-se em São Pedro de Cima desde a implantação do primeiro minerioduto pela iniciativa privada, passando pelas mudanças adotadas na produção do café na década de 80 por meio de incentivos governamentais, até a tendência de inserção do eucalipto nas pequenas e médias propriedades rurais da Zona da Mata Mineira. Essas transformações na produção repercutem em seu território e territorialidades, visto que, a centralidade da vida comunitária está na organização familiar diante das questões do trabalho e consumo, portanto elas afetam as formas de apropriação material e simbólicas da comunidade em relação ao seu território e, por vezes, agravam problemas socioambientais já existentes.

Assim, o êxodo rural, fundamentalmente protagonizado pelos mais jovens, nessa conjuntura, acirra-se. Eles saem em busca da cidade, atraídos pelo urbano, e em busca do trabalho. Contudo, sabe-se que essas trajetórias de migração são históricas, e que já são várias as gerações de emigrantes de São Pedro de Cima, e que se deve relativizar essa questão, considerando-a também como estratégia das famílias para manter o equilíbrio entre produção e consumo, garantindo, assim, a territorialidade do núcleo familiar. Identificamos, inclusive, essa estratégia em uma das 3 (três) famílias cujas singularidades, semelhanças e diferenças de estratégias de organização, foram por nós analisadas. O controle de terras e a venda da força de trabalho também foram considerados elementos centrais nas análises feitas nas outras 2 (duas) famílias, configurando estratégias adotadas por estas famílias para resistir e continuar existindo enquanto agricultores e residentes de uma comunidade rural. Todavia, o confronto

entre as forças de verticalidade e horizontalidade, como diria Santos (2007), em São Pedro de Cima cria em nós a dúvida em relação ao futuro dessa comunidade cuja população tende a ser composta majoritariamente pelos mais velhos, e cujo território e territorialidade estão constantemente ameaçados pelas forças econômicas.

BIBLIOGRAFIA

ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café

.<http://www.abic.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

ALMEIDA et al. **Estudo de caso: Café Toko**. Trabalho da disciplina de Geografia da Indústria. UFJF, 2008.

ALMEIDA, C.M.C de, OLIVEIRA, M. R. de (Org.). **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

ARAÚJO, Paula Coelho. **Comunidade São Pedro: aspectos físicos e a problemática do mineroduto**. UFJF, 2007. Mimeo.

BARROS, Nicélio do Amaral. **História regional, café e indústria: A zona da Mata de Minas Gerais**. In: XXIII Simpósio Nacional da ANPUH, 2005, Londrina. - Anais eletrônicos complementar. Londrina : ANPUH/UEL, 2005.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BESSE, Jean-Marc. A fisionomia da Paisagem, de Alexander Von Humboldt a Paul Vidal de La Blache. In: **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BLISKA, F; VEGRO, C; JÚNIOR, P. et al. Custos de produção de café nas principais regiões produtoras do Brasil. **Informações Econômicas**, SP, v.39, n.9, set. 2009. Disponível em: <http://sincal.org.br/portal/index.php> Acesso em: 27 de Janeiro de 2011.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 14, pp. 107-117, 2003. Disponível em: http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/geousp/Geousp14/Geousp_14_Bombardi.htm Acesso em: 27 de janeiro de 2011.

CARNEIRO, Leonardo de Oliveira. **Requilombar-se São Pedro dos Crioulos: magia e religião em São Pedro de Cima**. Mimeo (2008).

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CNC- Conselho Nacional do Café. <http://www.cncafe.com.br/>

COSTA, Francisco de Assis. O investimento na economia camponesa: considerações teóricas. **Revista de Economia Política**, vol.15, nº1 (57), janeiro-março, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar.** s/d. Disponível em : <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAKfwAH/agricultura-camponesa> Acesso em: 27 de Janeiro de 2011

Entrando nos territórios do Território. Disponível em : http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf Acesso em:09 de Maio de 2011.

FERREIRA, S.R.B; JULIATI, S; AGUIAR, A et al. **Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Quilombola de Linharinho.** Projeto Territórios Quilombolas do Espírito Santo INCRA/UFES/APAGEES. Conceição da Barra – ES, Setembro de 2005.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) **Pesquisa participante.** Brasiliense:1982, p.34 -41.

GALIZONI, Flávia Maria. **Migrações, Família e Terra no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais.** IX Seminário sobre a economia mineira. 2000. Disponível em: <http://ideas.repec.org/h/cdp/diaman/200036.html> Acesso em:09 de maio de 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Identidades Territoriais** - Da multiterritorialidade à “reclusão” territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). Universidade Federal Fluminense –Niterói, RJ. Apresentação de slides. Disponível em:

<http://tercud.ulusofona.pt/geoforum/Ficheiros/23GeoForum.pdf> Acesso em: 09 de Maio de 2011.

Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia - Ano IX - No 17 - 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/213> Acesso em:09 de Maio de 2011.

ITABORAHY, Nathan Zanzoni. De Identidade a movimento, de movimento a território: uma leitura do processo e relato de experiência de extensão na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima. In: **PPLA 2010: SEMINÁRIO POLÍTICA E PLANEJAMENTO**, 2, 2010. Curitiba. Anais... Curitiba: Ambiens, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/nathan2.pdf> Acesso em: 09 de Maio de 2011.

A geografia, o conceito do território e os processos de territorialização das comunidades quilombolas: Primeiras Aproximações. UFJF. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php%3F Acesso em:09 de Maio de 2011.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: MAZZETTO, Carlos Eduardo. **Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato.** Artigo publicado em: Revista Geografias Vol.3, Nº1. Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2007, p. 46 a 63. Disponível em: www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/.../116/83 Acesso em: 20 de Maio de 2011.

MAZZETTO, Carlos Eduardo. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. Artigo publicado em: **Revista Geografias** Vol.3, Nº1. Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2007, p. 46 a 63. Disponível em: www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/.../116/83 Acesso em: 20 de Maio de 2011.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS**. Território da Serra do Brigadeiro, 2004. Disponível em: <http://www.iracambi.com/portuguese/downloads/planoTRSB.pdf> Acesso em: 27 de Janeiro de 2011

MENEZES, M. L. P. et al. **Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima:** diagnósticos dos saberes necessários para uma educação ambiental e patrimonial. Projeto de extensão universitária. Juiz de Fora, UFJF. 2008.

MORAES, Nilson. **A economia cafeeira** – O comerciante de café e o crédito agrícola. s/d. Disponível em: <http://www.nilsonmoraes.pro.br/nut/Nut-Eco-1pdf.pdf> Acesso em: 27 de Janeiro de 2011.

MOREIRA, Ruy. **Conceitos, categorias e princípios lógicos para o método e o ensino da geografia** In: Pensar e Ser em Geografia – ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. p.105 -118. Ed. Contexto, 2007.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: **Quilombos:** identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002, 268 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1ª ed. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp> Acesso em: 27 de Janeiro de 2011.

OLIVEIRA, R.D; OLIVEIRA, M.D. **Pesquisa Social e ação educativa:** conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) **Pesquisa participante**. Brasiliense :198, p.17-33.

ORMOND, J.G.P; PAULA, S.R.L de ; FILHO, P.F. **Café:** (re) conquista dos mercados. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 10, p. 3-56, set. 1999. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set1001.pdf Acesso em: 05 de Abril de 2011.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano IV, n.8, p.39-60, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/86/84> Acesso em: 04 de abril de 2011.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2006.

RATTS, Alecsandro J.P. (Re) Conhecer quilombos no território brasileiro – estudos e mobilizações. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.) **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.309-323.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho. Racionalidade Camponesa e Instituições: Reflexões sobre o desenvolvimento da Amazônia. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Vol. 1, No 1 (2009) Disponível em: <http://www.periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/53/v1n1Adalberto.pdf> Acesso em: 05 de Abril de 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROCHA, A.L.C; ECKERT, C. **Etnografia: saberes e práticas**. Revista Iluminuras - Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais - NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH e ILEA/UFRGS. Porto Alegre, 2008 Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301> Acesso em: 17 de Maio de 2011.

RUA, João. **Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades**. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781> Acesso em: 20 de Maio de 2011.

SACK, Robert David. **Human territoriality its theory and history**. Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, F; FARIA, R e TEIXEIRA, E. Mudança da composição agrícola em duas regiões de Minas Gerais. **RESR**, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 03, p. 579-595, jul/set 2008 – Impressa em outubro 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032008000300001&script=sci_arttext&tlng=. Acesso em: 27 de Janeiro de 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986

_____. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SILVA, Clécio Azevedo da. **Pensando o espaço social alimentar em benefício da agricultura familiar**. In: Anais do IX Coloquio Internacional de Geocrítica Los Problemas del mundo actual soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24553.htm> Acesso em: 05 de Abril de 2011.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados** 15 (43), p.37-50, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300005&script=sci_arttext Acesso em: 05 de Abril de 2011.

SILVA, José Maria da. **Normas Técnicas para Elaboração de Monografias de conclusão de curso**. Juiz de Fora, 2005.

SILVA, Marcio Gomes da. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e Organizações de Agricultura Familiar no município de Espera feliz, MG**. Dissertação. Viçosa, UFV, 2010. Disponível em: <http://www.extensao-rural.ufv.br/dissertacoes/2010/Marcio%20Gomes%20da%20Silva.pdf> Acesso em: 05 de Abril de 2011.

SOUZA, Sonia Maria. Parentesco e relações familiares na sociedade camponesa. In: **Terra, família e solidariedade...** estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920). Bauru, SP: EDUSC, 2007.

TUAN, Yi- Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. Disponível em http://agriculturasamazonicas.ufpa.br/PDF'S/AA_selecao/2011/Wanderley%201996.pdf Acesso em: 05 de Abril de 2011

WOORTMANN, Klaas. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins**. Série Antropologia. Brasília, 2001. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie293empdf.pdf> Acesso em: 09 de Maio de 2011.

Endereço dos mapas:

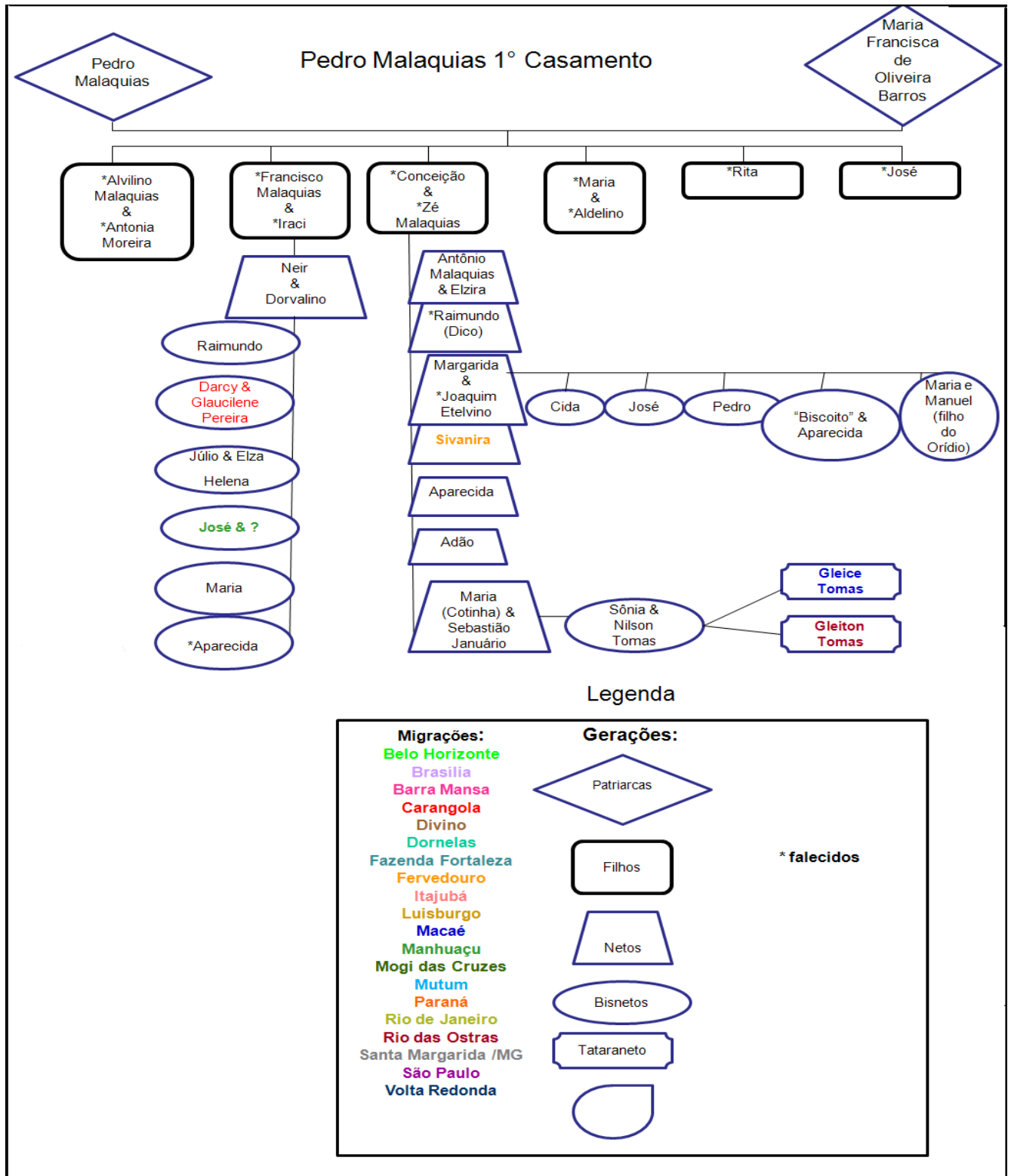
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Divino>

<http://www.grandebrasil.com.br/Brasil/MapaTelaCheia.aspx?Divino+3042>

<http://maps.google.com.br/>

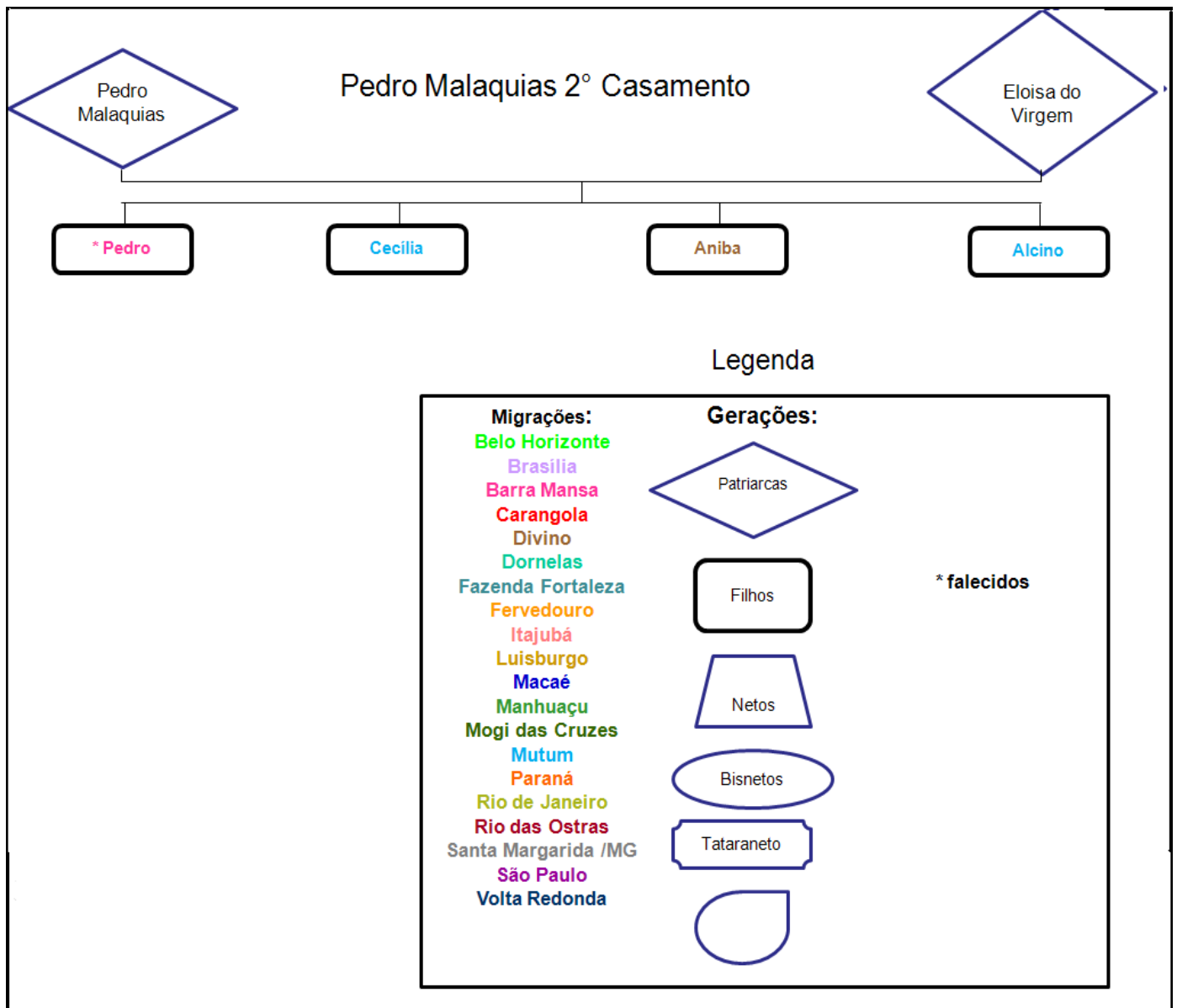
ANEXOS

Anexo A: Descendência de Pedro Malaquias – 1º Casamento



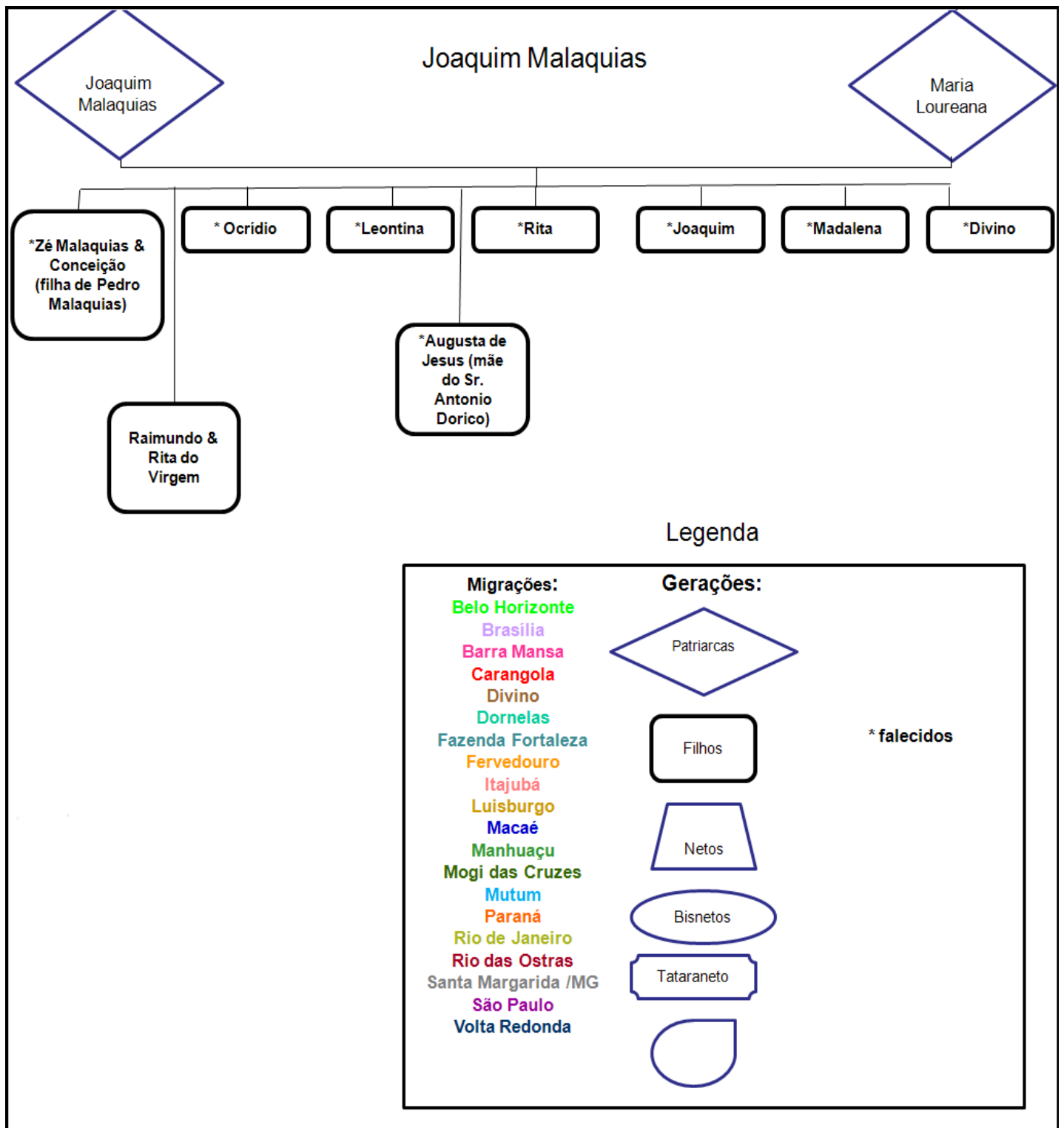
Elaboração: Dayana Francisco Leopoldo e Thaís da Silva Dantas. Juiz de Fora: 2010.

Anexo B: Descendência Pedro Malaquias - 2ºcasamento



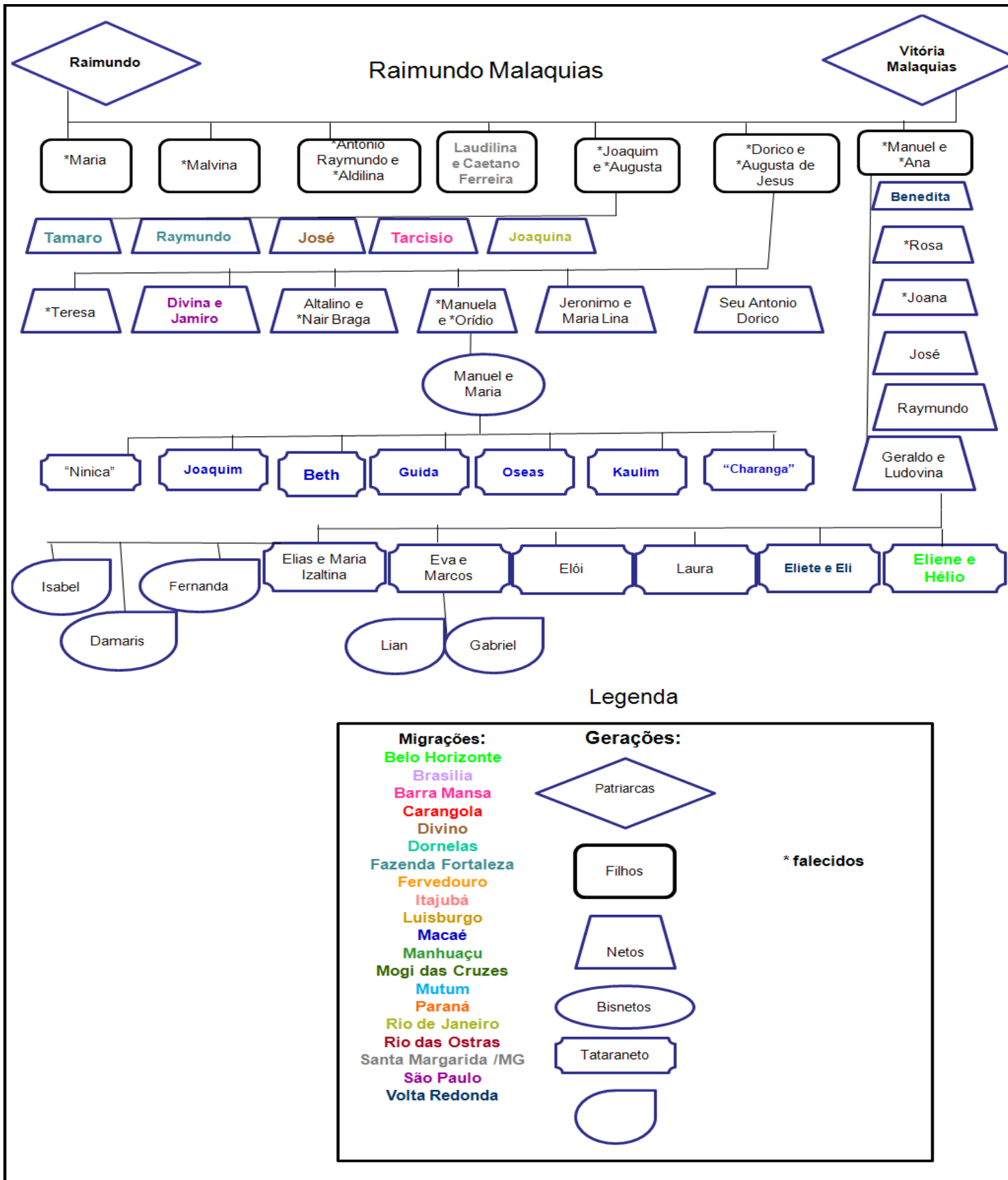
Elaboração: Dayana Francisco Leopoldo e Thaís da Silva Dantas. Juiz de Fora:2010.

Anexo C: Descendência de Joaquim Malaquias



Elaboração: Dayana Francisco Leopoldo e Thais da Silva Dantas. Juiz de Fora:2010.

Anexo D: Descendência de Raimundo Malaquias



Anexo E – Cópia da certidão de auto-reconhecimento da comunidade de São Pedro de Cima



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade São Pedro de Cima**, localizada no município de Divino, Estado de Minas Gerais, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 006, Registro n. 656, fl. 166, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):
 Antônio Dórico Braga – CPF/MF nº 282.139.396-20
 Silvânio Ferreira de Paulo – CPF/MF nº 674.889.356-91
 Elzelená Braga – CPF/MF nº 123.737.897-44
 Salvador Januário Braga – CPF/MF nº 037.309.586-40
 Glaucilene Aparecida da Silva Pereira – CPF/MF nº 092.046.546-35

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **11 de julho de 2006.**

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424-0106(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242
 E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

“A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)

14/97 00220

Anexo F: Trajetória do café no Brasil

In: ORMOND, J.G.P; PAULA, S.R.L de ; FILHO, P.F. **Café: (re) conquista dos mercados.** BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 10, p. 3-56, set. 1999.

(...) O café foi introduzido no Brasil em 1727 por Francisco Mello Palheta trazido de sua visita à Guiana Francesa. As primeiras sementes e mudas foram plantadas em Belém (Pará) e em seguida no Maranhão. Em 1760 vieram do Maranhão para o Rio de Janeiro, expandindo-se pela encosta da Serra do Mar e atingindo em 1780 o Vale do Paraíba.

Até 1860, o sul do Rio de Janeiro manteve a hegemonia da economia cafeeira, seguido de São Paulo e Minas Gerais. A comercialização se fazia pelo porto do Rio de Janeiro, tornando a cidade o seu centro financeiro e controlador. A partir dessa data, São Paulo se torna o principal centro produtor de café do país e o porto de Santos passa a dividir as exportações.

Já em 1731 chegavam a Portugal pequenas partidas de café provenientes do Norte do Brasil (...). Até 1820, o Brasil ainda não se tornara um grande exportador de café. Durante o século 18, a economia do país se baseava na mineração, e a cana-de-açúcar e o algodão ainda eram os seus grandes produtos agrícolas.

O açúcar produzido pela cana-de-açúcar perdeu mercado para o de beterraba e o algodão não conseguiu enfrentar a produção norte-americana. Em virtude dessa situação, o Brasil encontrou no plantio do café um produto de exportação cuja produção tinha como fator básico a terra e, assim, reintegrou-se nas linhas de expansão do comércio internacional, superando a fase de estagnação. A lavoura do café, beneficiando-se do solo e do clima brasileiros, teve rápida expansão.

(...)Com a independência do Brasil iniciou-se realmente a era do café, e em 1845 o país já colhia 45% da produção mundial. No início do século 19, o café já era o maior artigo de exportação brasileiro, e os Estados Unidos consumiam mais de 50% de nossa produção.

A cultura do café no Brasil apresentou ciclos de expansão e crises de acordo com as variações da economia mundial, mas chegou a ser responsável por cerca de 80% das nossas receitas cambiais.

As fazendas de café, que seguiram os modelos dos engenhos de açúcar, formavam um pequeno mundo, isolado do exterior, auto-suficiente, todo voltado para a sua produção.

A partir de meados do século 19, a lavoura de café concentrou toda a riqueza do país durante três quartos de século. Sua influência não foi só econômica, mas também social e política. (...) Os fazendeiros de café tornaram-se a elite social brasileira.

(...) foi criado, em 1933, o Departamento Nacional do Café, que controlou o setor até 1946, quando foi extinto.

Em 1952 foi criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC), com o objetivo de definir a política para o setor e controlar e coordenar a estratégia do sistema desde a produção até a comercialização interna e externa. Atuando no âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio, o IBC dava assistência técnica e econômica à cafeicultura e ao seu beneficiamento, controlava a

comercialização tanto para consumo interno como para exportação, elaborava estudos e pesquisas que favoreciam a cultura e a economia cafeeira e executava a política econômica traçada pelo Conselho Monetário Nacional, (...)

O IBC atuava através de diversos departamentos e agências espalhados pelo interior do país e de escritórios no exterior Estados Unidos, Itália, Japão e Inglaterra. **Em março de 1990, foi extinto.** A saída brusca do Estado, que coordenava toda a política cafeeira, se de um lado abriu novas oportunidades para as empresas, de outro criou algumas inconsistências. Uma das mais importantes foi a falta de uma definição clara da política de custeio e comercialização da safra brasileira de café.

(...) A indefinição sobre a política cafeeira criou uma situação paradoxal: dona de um patrimônio invejável e ao mesmo tempo sem recursos, **a cafeicultura nacional, no início dos anos 90, estava diante de uma profunda crise e um endividamento crescente.**

Em julho de 1991 foi criado o Comitê Brasileiro do Café (CBC), que congregava os segmentos do sistema: a lavoura, a indústria de torrefação e moagem, a indústria de solúvel e a exportação. Em outubro de **1996 foi instituído o Conselho Deliberativo de Política Cafeeira (CDPC),** considerado uma etapa evolutiva do CBC. Esse novo órgão ficou encarregado de gerir o Funcafé e definir as políticas para todos os segmentos, ou seja, financiamento à lavoura e políticas para aumentar a participação no mercado e fornecer suporte técnico principalmente através de estatísticas e pesquisas. (...) <Grifos nossos> (ORMOND, J.G.P; PAULA, S.R.L de; FILHO, P.F,1999, p.7-10)

Anexo G – Tabelas produzidas a partir dos questionários

Tabela 1: Características da Propriedade, Hábitos e Práticas comunitárias

NÚCLEO FAMILIAR	TAMANHO DA PROPRIEDADE (incluindo lavouras)	PROPRIEDAD E DA TERRA	ESTRUTURA DA CASA:	PROCEDÊNCIA DOS ALIMENTOS CONSUMIDOS	EXISTÊNCIA DE TROCAS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
Malaquias	2 alqueires (= 5,44 hectares)	Sim/ Herança	Alvenaria/tijolo	Comprado	Não. Venda do excedente
Pereira	10 litros (= 0,6 hectares)	Sim/ Herança	Alvenaria/Tijolo	Produção doméstica de hortaliças, café e feijão. Compra dos demais alimentos	Não
Aprígeo	6,8 hectares	Sim/ Herança e Compra de terras	Alvenaria/ Tijolo	Produção doméstica de feijão, milho, frutas, mandioca e inhame. Compra dos demais alimentos.	Não

Organização: Thaís da Silva Dantas, Juiz de Fora :2011.

Tabela 4: Eucalipto				
NÚCLEO FAMILIAR	PLANTAÇÃO DE EUCALIPTO PRÓPRIA	FINALIDADE DA PLANTAÇÃO	PLANTAÇÃO DE EUCALIPTO PARA TERCEIROS	ÁREA DESTINADA A PLANTAÇÃO
Malaquias	Sim, há 5 anos.	Comercialização	Não	Não sabe
Pereira	Não	-----	Não	-----
Aprígeo	Sim, há 5 anos.	Consumo próprio- lenha e confecção de cercas	Sim	Pequena
Organização: Thaís da Silva Dantas, Juiz de Fora: 2011.				

Anexo H: Modelo do questionário socioeconômico aplicado na comunidade –
Exemplo Família Malaquias

53

(Aplicar somente 1 questionário por família).

Nome do entrevistado: Gerônimo Braga

Nome da comunidade: São Pedro de Cima

Número de pessoas que trabalham na propriedade: 6 pessoas

Tamanho da propriedade: 2 Alqueires

Centro comercial mais próximo: Divino

Tipos de produções (monocultura, subsistência, culturas consorciadas, etc).
Consumo e venda

Uso de técnicas (ferramentas elétricas, equipamentos elétricos ou rústicos, etc).
Rústicos e manuais

Procedência dos alimentos consumidos diariamente.
Comprado

Existência de trocas de produtos agrícolas.
Não (Venda de Excedente)

Existência de mutirões?
Não

Vou listar alguns produtos e gostaria que os informasse se são produzidos, a quantidade produzida e o destino da produção:

PRODUTO	PRODUZ ? (SIM ou NÃO)	QUANTIDADE E (por mês)	DESTINO (pode ser mais de um) 1) Venda na fazenda (para terceiros) 2) Consumo próprio 3) Venda cooperativa / laticínio 4) Comércio nos municípios mais próximos (discriminá-los)	GOSTARIA DE AUMENTAR A PRODUÇÃO? (SIM ou NÃO)	O QUE IMPEDE DE AUMENTAR ESSA PRODUÇÃO? (pode ser mais de um) 1) Dinheiro 2) Tamanho da propriedade 3) Falta de mão-de-obra 4) Falta de conhecimento sobre a atividade 5) A propriedade não oferece condições para essa atividade 6) Medo de arriscar
Feijão	SIM	0,25 sacas	2	Não	x
Milho	SIM	2,5 a 3,5 sacas	2 - 4	Não	x
Batata	Não	x	x	x	x
Batata doce	Não	x	x	x	x
Cana	Não	x	x	x	x
Hortaliça	Não	x	x	x	x
Arroz	Não	x	x	x	x
Frutas	SIM	Não sabe	2	Não	x
Doce	Não	x	x	x	x
Leite	Não	x	x	x	x
Boi	Não	x	x	x	x
Peixe	SIM	Não sabe	Sem destino no momento	SIM	1

to

Mandioca	Sim	Não sabe	2	Não	x
Galináceos	Sim	8	2	Não	x
Banana	Sim	Grandes quant. as/ desconhec.	2	Não	x
eucalipto	Sim	20.000 pés	Desconhecido/sem ds	Não	x
café	Sim	2.25 sacas 4 mil pés	2 - 2 - 4	Não	x

Gostaria de se dedicar a outro tipo de produção na propriedade?

1 - Não 2 - Sim. Qual? 1

O que impede de iniciar essa produção? (pode ser mais de uma opção)

- 1 - Dinheiro
- 2 - Tamanho da propriedade
- 3 - Falta de mão de obra
- 4 - Falta de conhecimento sobre a atividade
- 5 - A propriedade não oferece condições para essa atividade
- 6 - Medo de arriscar
- 7 - Não gostaria de se dedicar a outro tipo de produção rural

7

Faz uso de algum adubo ou defensivo industrial?

Sim

Faz uso de cultivos consorciados à plantação de café? Quais?

Sim / Milho

Quantas sacas de café conseguem produzir anualmente?

15 a 20

Trabalham para terceiros ou só na própria lavoura?

Sim / Para terceiros e na própria lavoura

Contratam companheiros para trabalhar na própria lavoura?

Sim

Tem algum trabalho não agrícola?

Não

São proprietários da terra? Se sim, conseguiram através de compra ou herança?

Sim / herança

Tamanho total da propriedade (incluindo lavouras e região da casa)

2 Alqueires

Faz uso de alguma planta medicinal? Quais?

Sim / Alecrim, Boldo, Goiaba.

EUCALIPTO

Possuem plantação de eucalipto própria ou já plantaram para terceiros?

Sim /

Se possuem plantação, a quanto tempo? Com que finalidade?

5 anos - Comercializar

Se plantaram para terceiros, para quem? (pessoas da comunidade ou de fora)

Não plantou

Qual é a área destinada para plantações?

Não sabe

Faz uso consorciado na plantação de eucaliptos? Quais?

Não

RELIGIÃO

(X) católicos () evangélicos () Umbandista () outros

PESQUISA SÓCIO ECONÔMICA
Comunidades Quilombolas

Migração

- ☒ Quantos da família saíram da comunidade? 8 pessoas
- ☐ Para onde? Divino, São Paulo, Goiás, entre outros
- ☐ Quando ou em que época? Épocas diferentes/não sabe
- ☒ Motivo da migração emprego
- ☐ Na região para onde se mudaram tinham algum parente ou conhecido? Sim
- ☒ Conseguiram trabalho? Em quê? Sim, várias áreas
- Pretendem retornar a comunidade? não

Há quantos anos sua família reside na comunidade? 74 anos

Qual a última cidade que você ou sua família residiu?

Anotar _____

☒ Sempre morou nesta cidade

10. Sua família morava na Zona Urbana ou na Zona Rural?

1- Zona Urbana
nesta cidade

☒ Zona Rural

80- Não se aplica / Sempre morou

Infra-estrutura:

Sua casa é:

☒ Própria

2- Alugada

3- Cedida

4- Outro

A sua casa é de:

☒ Alvenaria / Tijolo

2- Madeira

3- Lona / Plástico

4- Placa de Muro

5- Pau a pique

6- Outro (anotar)

18. Abastecimento de Água

1- Rede da / Prefeitura

2- Poço no terreno

3- Poço fora do terreno

☒ Mina d'água no terreno

5- Mina d'água fora do terreno

6- Caminhão pipa

7- Coleta em córrego próximo

8- Outro (Anotar)

19. Tem água encanada dentro de casa?

☒ Sim 2 - Não

20. Tem banheiro?

☒ Sim 2 - Não

21. Esgotamento Sanitário
1 - Rede pública da prefeitura 2 - Fossa 3 - Fossa Séptica ☒ Despeja no córrego

22. Situação da Coleta de Lixo
1- É coletado pela prefeitura
2- Colocado em lixeiras coletivas / caçamba
3- Jogado em terreno vazio
☒ Queimado
5- Jogado no córrego
☒ Lixo orgânico aproveitado nas plantações ou para animais
99 - Não sabe

23. Tem telefone residencial fixo?
1- Sim ☒ Não 99- Não sabe

24. Alguém da moradia tem telefone celular?
☒ Sim 2- Não 99- Não sabe

25. Tem telefone público próximo à residência?
1- Sim 2- Sim, mas geralmente não funciona ☒ Não 99- Não sabe

O Sr(a) ou alguém de sua família participa de algum grupo comunitário ou reuniões aqui em Nesta cidade?

1- Sim	2- Não	99- Não sabe
2 Religioso		2 Associação
1 Esportivo		2 Político
2 Cultural		2 Movimento Negro (AVURA)
2 Conselho Municipal		

27. Vamos apresentar uma série de serviços e gostaríamos que o Sr(a) dissesse como os considera na região em que mora:

1 = Ótimo 2 = Bom 3 = Regular 4 = Ruim 5 = Péssimo 6- Não tem

99 = Não sabe

6	27.7 Telefones Públicos
1	27.8 Educação / Escolas
4	27.9 Saúde
2	27.4 Áreas de Lazer
1	27.5 Segurança Pública
3	27.6 Comércio

Dos problemas abaixo indique os três que você considera mais grave.

8

Principais problemas da comunidade. (circular até 3 opções em cada caso)

28- Problemas FÍSICOS

1	Não tem problemas
2	Problemas com água
3	Problemas com esgotos
4	Acesso à casa / propriedade rural
5	Acúmulo de lixo
6	Falta de iluminação pública
7	Falta de áreas de lazer
8	Presença de ratos / insetos
9	Falta de escolas/estrutura
10	Falta de posto de saúde
99	Não sabe

29- Problemas SOCIAIS de Nesta cidade

1	Não tem problemas
2	Desemprego
3	Violência/segurança
4	Drogas
5	Atendimento de saúde precário
6	Gravidez precoce
7	Falta de organização comunitária
8	Pobreza
99	Não sabe

36. Quando o Sr(a) ou alguém de sua família necessita de atendimento médico que tipo de serviço procura com mais frequência?

1- Posto de saúde particular

4- Médico particular

☒ Hospital público

5- Outro (Anotar)

3- Hospital / Clínica

37. Qual a cidade mais utilizada para atendimento médico pelo Sr(a) e seus familiares:

1- Santos Dumont

2- Barbacena

3- Ubá

4- Juiz de Fora

Outra (Anotar)

Carangola

[illegible]